



MOVIMENTO LUTA DE CLASSES

TESE DO MOVIMENTO LUTA DE CLASSES – MLC AO XXIV CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS – CONFASUBRA

Este documento é uma colaboração coletiva dos militantes do MLC, seja na direção de sindicatos, oposições e núcleos de base. Os textos e formulações seguem abertos as atualizações necessárias dada a dinâmica social do sistema capitalista em que estamos inseridos, bem como as lutas e reivindicações impostas a nossa categoria de Trabalhadoras e Trabalhadores Técnico Administrativos em Educação.

Consideramos motivo de grande honra apresentar nossas ideias diante de uma entidade de tamanha importância na luta histórica de nossa classe trabalhadora brasileira. Para o MLC Sindicatos são instrumentos de organização dos interesses atuais e futuros da classe trabalhadora nos quais exercitamos nossa construção coletiva e ensaiamos a sociedade na qual projetamos o fim da exploração de classe e, portanto, homens e mulheres livres.

Como diz Marx em “Sindicatos. Seu passado, presente e futuro – Resolução sobre o Congresso de Sindicatos de Genebra no dia 06 de setembro de 1866”:

... *“A desunião dos trabalhadores surge e mantém-se através da inevitável concorrência que sustentam entre si.*

Os sindicatos vieram ao mundo, originariamente, por meio das tentativas espontâneas dos trabalhadores de suprimirem ou, ao menos, limitarem essa concorrência, com o objetivo de imporem condições contratuais que os elevassem, no mínimo, acima da posição de meros escravos.

Sendo assim, o objetivo imediato dos sindicatos limitou-se às exigências do momento, enquanto meio de defesa contra os permanentes assaltos perpetrados pelo capital, em uma palavra: limitou-se às questões relacionadas com salário e jornada de trabalho. Essa atividade dos sindicatos não é tão somente justificável, senão ainda necessária. Não é possível desaconselhá-la, enquanto persista existindo o atual modo de produção.”

... *“Apesar de seus objetivos iniciais, os sindicatos devem aprender agora a agir como centros de organização da classe trabalhadora, atuando no grande interesse de sua completa emancipação.*

Devem apoiar todo e qualquer movimento social e político que se projete nessa direção. Se os sindicatos conceberem a si mesmos como vanguardas e representantes de toda a classe trabalhadora, atuando de acordo com essa concepção, haverão de conseguir arrastar os excluídos para o interior das suas fileiras. Devem ocupar-se cuidadosamente com os interesses das profissões mais mal pagas, p.ex. os trabalhadores rurais que se demonstram como impotentes, por força de circunstâncias particularmente desfavoráveis. Devem convencer todo o mundo de que suas aspirações encontram-se muito distantes de serem limitadas e egoístas, estando direcionadas, pelo contrário, para a emancipação dos milhões de oprimidos.”



Sumário

1 – CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL	3
Somente o Socialismo pode derrotar definitivamente o Fascismo.	4
Vitória eleitoral popular e mobilização nas Ruas no Brasil	5
Povo organizado resiste aos golpistas.	5
Ditadura nunca mais! Punição aos golpistas de ontem e hoje!	6
Mobilizar o povo trabalhador por suas pautas!	7
2 – REAJUSTE SALARIAL, MESA DE NEGOCIAÇÃO E TÁTICA DE LUTA ..	8
Histórico de perdas frente a inflação e importância da Data Base.....	8
3 – DEFESA E ATUALIZAÇÃO DA CARREIRA.....	9
Histórico, diagnósticos e proposições.	9
Flexibilização do Controle de Frequência, teletrabalho e 30 horas.	11
4 – AUTONOMIA E DEMOCRACIA UNIVERSITÁRIAS E A LUTA DOS	
TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.....	13
5 – DEFESA DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS E ENFRENTAMENTO À	
EBSERH.....	15
Intervenção Sindical.....	18
6 – APOSENTADOS.....	19
Aposentados/as, aposentandos/as e pensionistas: demandas específicas	19
7 - MAIS VERBAS E PERMANÊNCIA: POR UMA UNIVERSIDADE COM	
CARA DE POVO!.....	20
8 – AS MULHERES DERROTARAM BOLSONARO E VÃO DERROTAR O	
FASCISMO	21
Pauta de mulheres da Fasubra.....	22
9 – POR UMA UNIVERSIDADE MAIS NEGRA, INDÍGENA, DIVERSA E	
INCLUSIVA.....	23
A população LGBTQIA+ merece respeito e representatividade!	23
Inclusão das Pessoas Com Deficiências nas Universidades	25
10 – POR QUE DEVEMOS APOIAR A ORGANIZAÇÃO OS TERCEIRIZADOS?	
.....	27
11 – REFORMA ADMINISTRATIVA DERROTADA POR HORA.....	28
Tentam transformar direitos públicos em mercadoria.....	29
12 – EFEITOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA PARA A CLASSE	
TRABALHADORA BRASILEIRA	29
O mito do rombo na previdência.....	30
13 – CONHEÇA O MLC	31
Partido Unidade Popular – UP – pelo Socialismo	32
APÊNDICE – Raízes da Luta Sindical no Brasil.....	32
A abolição da escravidão e a luta dos operários: a história de Luiz da França e Silva	
.....	32



1 – CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

O ano de 2023 inicia com tendência à queda de taxas de crescimento e estagnação econômica a nível mundial. Devido principalmente, mas não só, ao alto custo da energia, à dificuldade na oferta de semicondutores, ampliada pela tensão EUA-China-Taiwan, e à guerra na Ucrânia, que impacta preços de alimentos e energia. (*Ver Relatório Fundo Monetário Internacional, 13/11/2022*)

Isso se percebe mesmo após um breve período de recuperação em 2022, devido a retomada da demanda produtiva e de consumo represada na pandemia de COVID-19, ainda que este crescimento tenha ocorrido com grandes taxas de inflação dos preços, em especial nos itens de consumo da classe trabalhadora.

Mas existe um fator de longa data que impacta o ciclo econômico atual. Trata-se das mudanças estruturantes na produção capitalista internacional e no mundo do trabalho, o avanço de tecnologias da informação e da microeletrônica nas áreas de indústria e serviços, que são utilizadas pelo Grande Capital para impor redução na remuneração dos trabalhadores e aumento da jornada de trabalho a nível internacional. Este fato redundava em ondas de demissões e ampliação de um já imenso contingente de pessoas sem garantia de emprego e com a incerteza cotidiana da remuneração necessária para sobreviver. Um exemplo recente é o das Big Techs, grandes empresas de tecnologia que cresceram exponencialmente na pandemia e pareciam inalcançáveis frente a uma crise, e que realizaram mais de 50 mil demissões em todo o mundo, entre novembro/2022 e janeiro/2023.

Conforme demonstram os estudos seculares de Karl Marx em *O Capital*: 1) nas relações entre capital e trabalho, lucros e salários ficam na razão inversa um do outro; e 2) o desemprego é um instrumento do capital para pressionar o rebaixamento geral dos salários. Fato agora também registrado nas chamadas empresas do futuro.

A imensa concentração (capital gerado na produção de novos capitais) e a centralização (fusões, aquisições e a realocação de capitais) internacional nos países imperialistas faz a burguesia internacional alocar grande parte do capital no setor financeiro, priorizando a especulação. Somado ao quadro exposto acima, vemos o quadro de extrema desigualdade no qual vive a humanidade, diretamente relacionado ao vertiginoso crescimento de fome e miséria mundial.

Não é por acaso que o 1% mais rico do mundo ficou com quase 2/3 de toda riqueza gerada desde 2020, cerca de US\$ 42 trilhões, seis vezes mais dinheiro que 90% da população global (7 bilhões de pessoas) conseguiu no mesmo período. Na última década, esse mesmo 1% ficou com cerca de metade de toda riqueza criada. (Oxfam)

Esta situação tem origem no poder econômico da burguesia a nível internacional, mas a principal sustentação é o poder político e estatal desta classe na sociedade. Passados mais de 30 anos desde o fim da primeira experiência em grande escala de sociedade dirigida por trabalhadoras e trabalhadores, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, os países imperialistas implementaram com força total a política econômica neoliberal pregada pelos “especialistas técnicos burgueses”, pois não tinham a frente um adversário a altura para resistir ao movimento da chamada Nova Ordem Mundial.

O resultado foi a onda de privatizações dos patrimônios públicos e estratégicos, mais ainda em países dependentes como o Brasil. Direitos sociais foram atacados ou entregues a “livre iniciativa de mercado”, reforçando uma tragédia social que teve um salto significativo com a crise econômica de 2008 nos EUA e Europa.



Um aspecto fundamental da crise do capital é que ela tem fortes impactos ambientais. O maior exemplo foi a calamidade social vivida a partir de 2020 com a pandemia de COVID-19, na qual os impactos ambientais da exploração capitalista e governos a serviço do lucro e privilégios de poucos impuseram um genocídio a nível internacional. (Ler: averdade.org.br/2020/04/a-dupla-pandemia-covid-19-e-capitalismo/)

Além da superexploração do trabalho, miséria crescente e destruição ambiental o capitalismo busca solucionar suas crises com guerras. Iniciamos 2023 com a notícia de que EUA, Alemanha e Inglaterra ampliam os arsenais de armas, soldados e blindados para a guerra entre Rússia e Ucrânia. A manutenção deste conflito atende a interesses das elites econômicas destes países, com a ampliação de venda de armas e domínio sobre matérias primas estratégicas, a campanha contra a continuidade da guerra é dever internacional da classe trabalhadora.

Somente o Socialismo pode derrotar definitivamente o Fascismo.

O cenário de crise econômico e social leva as grandes massas de trabalhadores e setores médios a indignação e revolta social, pela piora de suas condições de vida. As lutas se intensificam, o espaço para propostas de ruptura ou reformas cresce. A história do capitalismo nos séculos XX e XXI mostra que, nestes momentos, alternativas revolucionárias de sociedade, com a direção dos explorados e oprimidos, conseguem crescer ou serem vitoriosas na sociedade. Não é por acaso que a crise iniciada em 2008 gerou fortes mobilizações a nível internacional, como o movimento Ocupe Wall Street, greves internacionais e levantes. A expressão disso no Brasil foram as jornadas de junho de 2013 contra o aumento das passagens, custo de vida e em repúdio a violência policial.

Porém quando uma alternativa popular não se consolida, abre-se grande espaço para o Fascismo, que é a Ditadura Terrorista do Capital Financeiro, um instrumento da Burguesia para manter seu poder. Aproveitando-se da crise e temor social generalizado, o regime capitalista usa do senso comum permeado de preconceitos e de relações sociais atrasadas para capturar parte da revolta de setores da população. Ao mesmo tempo, implementa uma política de ataque as liberdades democráticas e organização popular. (Ler: Unidade Operária contra o Fascismo – George Dimitrov - 1935).

Na última década, vimos no mundo a ascensão de governos, golpes, movimentos e lideranças fascistas na esteira da decepção popular e da revolta contra a crise, alimentados por racismo, xenofobia, machismo, fundamentalismo religioso, negacionismo científico e disseminação de mentiras. Tudo isso serviu para que a burguesia retirasse as contradições essenciais do sistema do foco das discussões sociais, desmobilizando a luta social da classe trabalhadora.

Frente a isso, o movimento popular e democrático em todo o mundo segue reagindo em luta, como pode ser visto na histórica derrota de Trump nos EUA (2020), com o protagonismo do movimento negro nas ruas. Ou ainda, nas recentes mobilizações de milhões no Chile, Bolívia, Colômbia contra o fascismo e o neoliberalismo, que resultaram em vitórias eleitorais de candidaturas progressistas. E também na eleição de Lula e derrota do fascista Bolsonaro em 2022, fruto de um amplo movimento de massas.

O Movimento Luta de Classes MLC compreende que enquanto persistir o Capitalismo segue vivo o Fascismo. Como mostra a história, foi o socialismo da URSS o principal responsável pelo fim do Nazifascismo na Segunda Guerra Mundial. Outras experiências históricas evidenciam que a luta socialista para superação do capitalismo, a nível internacional, é o caminho para derrotar o fascismo. Por sua vez os avanços tecnológicos e produtivos demonstram a possibilidade concreta de que o ser humano



trabalhe menos tempo e produza mais e que todas e todos podem ter trabalho. Além disso, existe alimento suficiente no mundo para que não se passe fome, casas suficientes para que não se viva nas ruas. Ou seja, as condições estão dadas para um regime sem desigualdades sociais.

Mas não nos basta a constatação, somente a ação consciente do povo trabalhador pode mudar a realidade. Neste sentido o movimento sindical está no centro da construção da revolução social, pois vive a contradição Capital X Trabalho, a chamada Luta de Classes, logo devemos avançar na luta por conquistas e direitos, em um processo que eduque politicamente gerações de nossa classe demonstrando os limites do sistema em que vivemos e apresentando a real possibilidade de construção do socialismo.

Vitória eleitoral popular e mobilização nas Ruas no Brasil

O povo trabalhador brasileiro elegeu Lula, impondo uma grande derrota nas urnas ao governo fascista e negacionista de Jair Bolsonaro. Mesmo com apoio de grandes empresários, de militares traidores da Constituição, do “Centrão” e o uso criminoso da máquina pública, com gastos às vésperas da eleição (foram mais R\$140 bilhões em benefícios com data limite de 2022) o governo anti-povo não conseguiu a reeleição, fato inédito na história do país.

Contribuiu decisivamente para esta vitória um amplo movimento de massas pela democracia e por direitos sociais, em uma grande jornada de atos e campanha de rua durante o segundo turno, mas principalmente, o acúmulo de lutas heroicas como o Tsunami da Educação (2019), a mobilização contra a Reforma da Previdência (2019), as jornadas de 2020, manifestações de 2021 (iniciada pela articulação Povo na Rua Fora Bolsonaro) contra a política de governo diante da pandemia, inúmeras greves, como na área da enfermagem pelo piso salarial ou dos trabalhadores de aplicativo por direitos.

No primeiro turno de 2022 a candidatura de esquerda de Leonardo Péricles, da Unidade Popular, apresentou o programa histórico de nossa classe, trazendo pautas como auditoria da Dívida Pública, reforma agrária, reestatização dos setores estratégicos, e infundiu o espírito de campanha de rua em importantes setores da classe. Trazendo para o debate eleitoral um contraponto em um terreno dominado pela política mais ou menos liberal.

No segundo turno, a maioria do povo trabalhador comparou suas condições de vida e luta durante os governos de antes do golpe de 2016 (gestões Lula e Dilma) e a gestão do fascista em 2022. O resultado foi a grande votação de Lula com 60 milhões de brasileiros afirmando a rejeição ao fascismo.

Povo organizado resiste aos golpistas.

O dia 01 de janeiro de 2023 entrou para a história com um grande ato em defesa da democracia brasileira, 500 mil pessoas estiveram em Brasília para celebrar a posse de Lula e a derrota eleitoral do fascismo. A Fasubra corretamente se mobilizou para este importante evento que serviu a luta contra o golpismo.

Para os Trabalhadores Técnicos Administrativos em Educação as perspectivas de avanços são concretas, pois durante 6 anos, os governos Temer e Bolsonaro foram contrários a reajustes nos vencimentos dos servidores públicos e defensores de redução salarial, nem mesmo a mesa de negociação estabeleceram. Em contrapartida, já no processo de transição e discussão orçamentária o novo governo inseriu na proposta orçamentária de 2023 o valor de R\$ 11,5 Bi, para concessão de vantagem, alteração de



estrutura de carreiras e aumento de remuneração. Em um mês de governo foi estabelecida uma mesa de negociação com Ministério de Gestão e Serviço Público.

Por outro lado, inconformados com o resultado das urnas, golpistas financiados por grandes empresários, bloquearam estradas, acamparam em frente a quartéis e promoveram atos antidemocráticos desde o final de 2022.

No dia 08 de janeiro uma tentativa de golpe foi executada no país. Grupos bolsonaristas fascistas se deslocaram ao Distrito Federal em caravanas financiadas por empresários do agronegócio, grandes transportadoras e políticos de extrema direita. Houve franca conivência do Governo do DF, sinalizado pelas exonerações no comando da segurança pública na semana anterior e pela ausência premeditada do Secretário de Segurança em um dia que sabidamente contaria com forte contingente de bolsonaristas golpistas em Brasília. Anderson Torres, ex-ministro de Bolsonaro é um agitador golpista de longa data, não por acaso no dia 12 de janeiro, uma operação da Polícia Federal encontrou minuta de decreto para tentar legitimar o golpe.

A conspiração golpista possivelmente contou com oficiais do alto-comando das Forças Armadas. Infiltrados nos órgãos de inteligência como GSI, Abin ou agindo diretamente de suas posições de comando das Forças, estes oficiais atuam contra a constituição em nome de garantir seus privilégios e impedir a culpabilização por seus crimes e de seus governantes do executivo.

O vandalismo dos fascistas em Brasília é estimado em mais de R\$ 122 milhões e tinha o objetivo de estimular uma insurreição pró-ditadura em todo país. Em suas redes sociais, Bolsonaro tirava sarro da democracia, relativizando o maior atentado às instituições democráticas desde o próprio golpe de 1964.

Ainda na noite de domingo, Lula decreta intervenção na segurança pública do DF, fato que deu autoridade ao poder executivo de comandar a PMDF e Força Nacional para retirada dos golpistas dos prédios dos poderes. Medidas seguintes tomadas no STF e Congresso Nacional (com votos contrários de deputados de extrema direita) garantiram afastamento do Governador Ibaneis Rocha do DF e encaminharam pedido de prisão de Anderson Torres.

Ao mesmo tempo, partidos de esquerda, movimentos sociais e centrais sindicais convocaram ampla mobilização de massas nas ruas no dia seguinte (09/01) à tentativa de golpe, às 18h em diversas cidades do Brasil. Nas horas seguintes, uma verdadeira rede de vigilância popular e democrática nas mídias digitais monitorou as ações golpistas previstas para a manhã seguinte, que envolviam sabotagem de refinarias e fechamento de vias. Isso permitiu que denúncias fossem feitas a governos locais e ao próprio governo federal.

A mobilização de milhares no dia 09 de janeiro levantou alto a bandeira de punição a Bolsonaro e seus cúmplices. Por isso, o golpe foi derrotado.

Ditadura nunca mais! Punição aos golpistas de ontem e hoje!

Aqueles que tramam por um golpe querem uma Ditadura Militar no Brasil. Como sabemos o regime de 1964 fechou o congresso, caçou sindicatos e entidades estudantis, arrochou salários, assassinou e torturou milhares de brasileiros, alavancou a dívida externa em 3000% entre 1964 e 1984. Quem ousou exigir direitos sociais era considerado inimigo do país.

O terrorismo visto no dia 08 de janeiro é parte da tradição do golpismo dos generais traidores da pátria no Brasil, ainda na ditadura com bombas em quartéis para



culpar organizações de esquerda e já na redemocratização, como é de registro histórico o atentado no Rio Centro.

Por isso, devemos fortalecer a luta pela prisão e confisco dos bens de todos os envolvidos na tentativa de golpe de 08 de janeiro de 2023 e imediata mudança no alto comando das forças armadas e estruturas de vigilância de Estado. Além disso, só derrotaremos os fascistas em amplas mobilizações populares nas ruas no próximo período e organizando as lutas da classe trabalhadora.

Mas é necessário lembrar que a anistia da reabertura democrática isentou os criminosos de Estado nas forças de segurança e fortalece a postura genocida de polícias país afora contra a população pobre e negra nas favelas e bairros pobres. É urgente a abertura dos arquivos da Ditadura e processos de prisão para torturadores e assassinos daquele período, para que não se esqueça para que nunca mais aconteça

Mobilizar o povo trabalhador por suas pautas!

No atual governo vemos os setores burgueses neoliberais terem hegemonia na condução de propostas e pressionar para que a classe trabalhadora não tenha avanços. Exemplo disso foram as declarações de membros do governo eleito, desconsiderando a reversão, mesmo que parcial, de reformas anti-povo, como a Trabalhista e da Previdência.

No caso da educação, o grande capital do ensino privado pressiona para dar linha de aplicação do governo.

Enquanto fascistas tramam golpismo, setores do mercado financeiro sabotam as iniciativas do Estado Brasileiro que coloquem recursos prioritários para os direitos sociais ou que fortaleçam crescimento econômico interno. Caso da política de juros do Banco Central, hoje legalmente autônomo, mas, na prática, subordinado aos bancos e fundos de investimento.

Os juros altos são uma pequena peça no esquema de sequestro do orçamento, o Sistema da Dívida Pública brasileiro, que é denunciado pela campanha da Auditoria Cidadã (auditoriacidada.org.br). Em 2023 49% dos gastos da União serão com juros e amortizações de uma dívida que foi contraída sem contrapartidas e sem debate com a população e que contém diversas ilegalidades. Importante dado econômico é que R\$ 1,7 trilhão estão imobilizados na chamada Conta Única do Tesouro, unicamente como forma de lastrear a Dívida Pública. Este recurso poderia, ao menos parcialmente sustentar a política de valorização do salário mínimo, que ainda espera um reajuste acima da inflação em 2023, conforme promessa da campanha do atual governo.

Vencemos uma batalha nas urnas, mas devemos nos organizar para derrotar os fascistas nas ruas, além de pressionar por nossas pautas e programa histórico. Não podemos terceirizar para as instituições do Estado burguês (STF, TSE, parlamento) a tarefa de enfrentar um inimigo que conta com forte poder econômico na sociedade. Para isso é fundamental que o conjunto do povo trabalhador, incluindo nossa categoria dos Técnicos Administrativos em Educação, se organize para a mobilização de massa nas ruas, também para a campanha salarial reivindicando nossos direitos fortalecendo a ação da FASUBRA.

O MLC defende conjuntamente com o partido Unidade Popular – UP – pelo Socialismo um programa para superar a crise brasileira, algumas das principais propostas são:

- Auditoria da Dívida Pública.
- Taxação de Fortunas.



- Reforma tributária que taxe os bilionários e isente a classe trabalhadora (piso de R\$ 5mil no IR).
- Reestatização de setores estratégicos.
- Reforma Urbana e Agrária.
- Redução da Jornada de Trabalho e garantia emprego.
- Reversão das Reformas Trabalhista, Previdenciária e do Teto de Gastos.
- Valorização dos serviços públicos com concursos e recomposição orçamentária.

2 – REAJUSTE SALARIAL, MESA DE NEGOCIAÇÃO E TÁTICA DE LUTA

** Este texto está sendo escrito 3 meses antes do congresso da Fasubra, o que pode resultar em alteração de fatos presentes na atual negociação de reajuste salarial emergencial.*

A Fasubra em conjunto com o Fonasefe e Fonacate apresentaram a proposta de reajuste emergencial de 27%, referente as perdas inflacionarias de 2018-2022. Esta ação unificada é de grande importância, pois, divididas, as carreiras do serviço público dificilmente conseguem reajuste em 2023. Além disso, o governo comprometeu-se com as mesas setoriais.

Por outro lado, observa-se que o montante de recursos previstos para os reajustes (R\$ 14,95 bilhões, incluindo legislativo e judiciário) representam apenas 0,58% do valor previsto para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública federal neste ano (R\$ 2,559 Trilhão – Tesouro). É um indicativo claro de que essa dívida tem sido um grande entrave ao aumento dos investimentos sociais, aí incluídos os reajustes dos servidores públicos federais.

Outra importante ação unificada foi o ofício de dezembro de 2022 que pedia o Revogação de praticamente todos os Decretos e Instruções Normativas do governo de Bolsonaro.

Neste momento temos uma mesa em discussão, mas devemos manter no horizonte o instrumento da greve, que não deve ser descartado. A greve, em momento correto, fortalece a luta da categoria e amplia a mobilização contra os ataques à democracia, pois trabalhadores mobilizados representam sindicatos fortes e garantem resistência ao golpismo.

Histórico de perdas frente a inflação e importância da Data Base

Estima-se em aproximadamente 30% a perda remuneratória dos SPFs desde 2017 até 2022, baseado nas amostras do IBGE e índices do IPCA anuais. Devemos destacar que o período FHC (1994-2002) foi de congelamento salarial, em contrapartida, os governos de Lula e Dilma acordaram reajustes ao longo de suas gestões, após processos de greves e negociações, em muitos casos duras negociações. Temer e Bolsonaro seguiram a lógica de arrocho e negativa de mesa de negociação, portanto a partir do Golpe de 2016 o executivo amargou nenhum acordo de ganho relativo a compensação da inflação.

Ou seja, a questão central para períodos históricos de arrochos está em políticas governamentais que se declaram contra os trabalhadores do executivo federal. Tal quadro



deve mudar, para isso devemos convencionar em lei nossa luta por garantia de reajustes anuais, que, pelo menos, reponham a inflação em cada ano, além disso que independa, a princípio, da vontade do governante.

Por isso, a FASUBRA deve levar com prioridade à mesa de negociação unificada que tratará do ano de 2024 a questão da regulamentação da Data-Base no serviço Público. Esta proposta está contida na negociação pela efetivação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicada em 1978, que prevê a negociação coletiva, e as discussões das pautas setoriais. A convenção foi assinada por Lula em 2008 e promulgada pelo Congresso em 2015, porém seus efeitos ainda não estão na legislação brasileira. O momento é de retomada desta luta estratégica para o funcionalismo.

Propostas de médio prazo ao CONFASUBRA:

- Atuar na mesa de negociação acompanhada por permanente ligação com as bases, convocando-as a participar ativamente nos estados, e pressionar parlamentares.
- Avaliar necessidade do instrumento de greve frente ao contexto.
- Estabelecer previsão de lançamento da campanha salarial 2024, para disputar o debate de orçamento.
- Lutar pelo estabelecimento da Data Base Unificada e legislação que implemente a Convenção 151 no Brasil.

3 – DEFESA E ATUALIZAÇÃO DA CARREIRA

Histórico, diagnósticos e proposições.

A história da Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação e da construção de nossa identidade é um exemplo de luta da classe trabalhadora.

Recuperando nosso passado vemos o caráter serviçal ou mesmo “invisível” de nosso fazer na instituição (Baseado na recente apresentação da CNSC):

O Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto 19851/1931) dizia “*Entre os institutos de qualquer universidade deverá haver permanente contato, facilitado em reuniões coletivas, nas quais os corpos docente e discente possam encontrar ambiente agradável e propício à orientação e renovação dos ideais universitários*”. (p.25)

A lei 452/37 que organiza a Universidade do Brasil, em seu artigo 1º, dizia que “*a Universidade do Brasil é uma comunidade de professores e alunos*”. (p.25)

Somente em 1970, no Estatuto da UFRJ, os técnico-administrativos aparecem com representação em colegiado. Tratava-se da Assembleia Universitária, instância sem qualquer peso político nas decisões. Ainda assim, proporcionalmente, essa representação era inexpressiva (0,37% do total de membros, sendo 98,51% de docentes e 1,12% de estudantes).

Com a luta pela abertura democrática e final da Ditadura na década de 1980, vimos nossa identidade se afirmar, em especial com a fundação da Fasubra (1978) com caráter sindical em contraponto às associações de servidores que em muitos casos eram dominadas pelos governos ditatoriais e obrigadas a se restringir ao caráter assistencial.

Em 1983 realiza-se o I Encontro Nacional sobre Reestruturação da Universidade (FASUBRA, ANDES E UNE) e em 1984, realiza-se o I Congresso da FASUBRA, ambos encontros fortalecem o desenho de uma identidade de trabalhadores da educação.



Este processo ocorre de forma concomitante à luta pela mudança nas relações de trabalho da categoria, primeiramente divididas entre trabalhadores de fundações, empregados públicos celetistas ou servidores (Lei 1.711). Em 1986 ocorre a primeira grande unificação entre as fundações no PCSBV,

Em 1987, fizemos e conquistamos o PUCRCE, que unificou fundações e autarquias. O acúmulo destas lutas em unidade com o conjunto do funcionalismo público resultou no Regime Jurídico Único dentro do processo da constituinte de 1988. O RJU trouxe a unificação do regime de trabalho e também estabeleceu como única forma de ingresso ao serviço público o concurso. Vale lembrar a heroica luta dos que antes eram trabalhadores das universidades, ou de outros órgãos, e conseguiram garantia de seu ingresso no RJU por meio da assimilação da força de trabalho pelas instituições. Isso foi resultado de muita pressão e mobilização coletiva.

A década de 1990 foi marcada pela luta contra o desmonte do patrimônio público e privatizações, terceirizações e os PDVs (demissão em massa), havia muita dificuldade de avanços na carreira (PUCRCE na época). O governo trabalhava unicamente com viés de gratificações de desempenho, de uma forma que tentava impor a lógica produtivista e de divisão das categorias, chegou-se a criar propostas de carreiras de gestores públicos para dividir os servidores. Mas, foi neste ambiente que a Fasubra elaborou seu histórico projeto de PCU (Plano de Cargos Único) que defendia dois níveis de classificação, paridade entre ativos e aposentados, valorização da formação por qualificação e desenvolvimento coletivo.

Diversas greves e lutas ocorridas neste período precederam as discussões que resultaram na histórica vitória do PCCTAE (Lei 11091), conquistado em 2005, após negociação de greve realizada em 2004. A escolha pela configuração existente no PCCTAE ocorreu também devido as dificuldades orçamentárias apresentadas pelo Governo para implantar o PCU para aqueles que já estavam na categoria e ao mesmo tempo para os que ingressariam. Mas, tal escolha se demonstrou uma grande vitória, pois o resultado foi o estímulo a formação por desempenho, capacitação e qualificação, concomitante com o incremento de vencimento básico.

Com o PCCTAE garantiu-se mínima dignidade aos aposentados com o princípio da paridade, desta forma evitando discrepâncias frente aos reajustes do vencimento base.

A lei do PCCTAE e seus decretos regulamentadores (5824/2006 e 5825/2006), também tiveram o mérito de incorporar gratificações e vantagens, antes não assimiladas. O enquadramento nos novos cargos teve como efeito ganhos remuneratórios também.

Um avanço importante foi o atrelamento da carreira ao desenvolvimento institucional através dos PDIs (Instituição) e PDICs (Carreira na instituição) em especial no Decreto 5825/2006.

Atualmente é necessário um debate de atualização da racionalização dos Cargos chamados de apoio nos níveis A, B e C, pois muitos foram extintos durante os governos FHC na ânsia privatista, é comum portanto vermos colegas no chamado desvio de função, muitas vezes realizando trabalho que perceberia maior remuneração. Uma racionalização na tabela pode trazer ganhos remuneratórios para este setor da base. Estudo do Forgepe aponta 18% dos cargos ativos e 82% dos cargos extintos ou suspensos, este último caso se aplica a totalidade nos níveis A e B.

Por outro lado, devemos reivindicar a revogação da extinção de cargos de importância estratégica como vigilantes ou asseio nas universidades, assim como outros



que hoje são ocupados na terceirização crescente das instituições, acarretando maior custo para as universidades.

Passados 18 anos, é evidente a importância do PCCTAE para garantia de mínima dignidade à categoria TAE. Se não fosse ele, o impacto da política de arrocho salarial durante as gestões golpistas de Temer e Bolsonaro seria muito pior. Não obstante, os Técnicos Administrativos em Educação vivem uma situação de deterioração maior de sua renda que outras categorias do serviço público. Temos o menor vencimento básico para diversos cargos no conjunto de carreiras do Serviço Público, pior ainda é o quadro dos benefícios auxílio-alimentação e natalidade, que apresentam grande discrepância frente a maioria das carreiras.

Dentro de nossa própria categoria, vemos um quadro mais grave ainda em relação aos colegas ingressos em concursos a partir de 2004. É notório que gerações mais recentes da categoria possuem poucas opções, além do incentivo a qualificação, para avançar em sua remuneração, em comparação a gerações anteriores que lutaram e conquistaram incorporações de ações judiciais ou mesmo de gratificações. Para piorar o quadro, após impactos das sucessivas reformas previdenciárias nas últimas décadas EC 41, EC 47 (Lula) e EC 109 (Bolsonaro), os ingressantes veem uma perspectiva de remuneração baixíssima ao final da carreira, aposentando-se no limite do teto do INSS e sem paridade. Neste cenário é possível que muitos não consigam se aposentar.

Portanto, urge a demanda por mecanismo de maior fortalecimento da remuneração de companheiras e companheiros ingressos nos últimos 20 anos.

O MLC defende que nos debruçemos com mente aberta neste debate, que inicialmente remete a reajustes nos percentuais de Steps e Incentivo a Qualificação, fato que por si só traz ganhos ao conjunto dos TAEs mais recentes.

Mas devemos analisar a aplicação do chamado Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), já aplicados a carreira EBTT (docentes de nível médio IFs). Trata-se de um TAE receber uma remuneração por incentivo ao reconhecimento de seu fazer específico em um nível acima de sua educação formal, exemplo um TAE com título de mestrado ganhar pelo nível Doutorado. Acreditamos que esta proposta fortalece a perspectiva de desenvolvimento institucional.

A instituição de uma Gratificação específica para os TAEs também deve ser um debate travado em nosso congresso, pois sua aplicação pode auferir ganhos substantivos para os trabalhadores na atividade laboral. Assim, tornando a carreira mais atrativa e mantendo colegas nas instituições. Mas entendemos que este debate deve tratar da prioridade nos reajustes do vencimento básico, diretamente ligado à luta pela instituição da Data Base. Um cenário como este manteria atualização do poder de compra dos aposentados da categoria e superaria a grande discrepância salarial da massa de ativos.

Flexibilização do Controle de Frequência, teletrabalho e 30 horas.

A luta contra o sistema de ponto eletrônico em várias universidades foi desenvolvida por diversos sindicatos nos últimos anos, em especial pelo entendimento da política de centralização do controle pela gestão do Ministério da Economia, atacando a autonomia das IES.

Concomitante a isso, temos a existência da aplicação das 30h para turnos contínuos em diversas universidades, respaldada pelo Decreto 1590/95.



Todo este cenário se alterou com o advento da dinâmica imposta na pandemia, com o uso mais intensivo do Teletrabalho. Esta modalidade existe desde a década de 1970, mas ganhou preponderância com os avanços da informática e tecnologia da informação em redes, no último período.

Inicialmente durante a pandemia, o governo Bolsonaro tentou manter o funcionamento presencial de toda a força de trabalho das universidades e demais órgãos como parte de sua política genocida e negacionista. Vencido pela pressão social e pelo conjunto do serviço público, apenas o setor de atendimento direto à população nas áreas estratégicas para garantia da vida, como hospitais, foi mantida. A partir daí, a gestão do Fascista enxergou a possibilidade de redução da massa de rendimento dos trabalhadores do serviço público, bem como insumos de energia e tentou retirar direitos consagrados pela categoria, com grande parte trabalhando de forma remota.

A IN65 atacou os TAEs ao impor todos os custos da dinâmica de teletrabalho ao servidor. Houve resistência em muitas instituições por parte da luta dos sindicatos. Em junho de 2022, o governo lança o Decreto 11.072/2022 o chamado Plano de Gestão e Desenvolvimento – PGD, que versava pela mudança no regime de controle de frequência e autorização para a modalidade do Teletrabalho.

O Decreto atropelou as carreiras do serviço público colocando no mesmo parâmetro de trabalho todo o funcionalismo. Este formato consolidou todo o ônus dos custos de trabalho para os TAEs, além disso estabeleceu a imposição de relação chefia-chefiado na definição da modalidade de controle de frequência e adesão ao teletrabalho. Neste decreto, toda a autoridade sobre a implementação do programa de gestão é do(a) Reitor(a) da Universidade. Ao passo que o Decreto 5825/2006, diz que as equipes de trabalho são o local da definição das metas e plano de trabalho, colocando o TAE no protagonismo de seu fazer.

Em dezembro de 2022, no apagar das luzes de seu governo a IN 89 veio para piorar a situação dos servidores, tentando impor o controle eletrônico, mesmo sob a égide dos planejamentos definidos dentro do próprio PGD. Neste sentido tão logo iniciou-se o novo governo a Fasubra e demais federações reivindicaram a revogação deste regramento, sendo atendida pelo Ministério de Gestão e Serviço Público, definindo que nova IN seria editada em 90 dias.

Durante todo este processo, a Comissão Nacional de Supervisão de Carreira, buscando diálogo com o Forgepe (Fórum de Pro Reitores de Pessoal) formulou proposta alternativa, respeitando o PCCTAE, tendo o entendimento que o Teletrabalho veio para ficar e entendendo que, no âmbito do fazer universitário, o chamado controle de ponto eletrônico não coaduna com os objetivos da universidade.

O Sistema de Planejamento e Gestão e Desempenho é a proposta de formulação da federação que nos representa e contempla os aspectos centrais de fortalecimento da carreira: nele as equipes de trabalho e o planejamento coletivo ganham prioridade, com as reuniões de planejamento na forma presencial; os colegiados superiores passam a ser as instâncias de autorização do SPGD; são definidos parâmetros limites das horas dedicadas a modalidade teletrabalho e presencial; comissão de acompanhamento de implementação é formada de forma paritária entre instituição e categoria, com indicação das entidades sindicais. Esta última característica tem grande importância porque mantém viva a relação base-entidade que levará suas reivindicações, mesmo em regime de teletrabalho.

Proposta de debate no congresso:



- Ampliação dos percentuais de Step (chegar a 5%) e Incentivo a Qualificação.
- Equiparação do auxílio-alimentação entre as carreiras dos servidores públicos, campanha por isonomia.
- Racionalização dos Cargos, em especial dos níveis de apoio.
- Aplicação do RSC na categoria.
- Viabilidade de uma gratificação de desempenho, como instrumento de superação de discrepâncias remuneratórias dos TAEs em atividade laboral.
- Reorganização dos locais de trabalho com uso das 30h, flexibilização de controle de frequência e Teletrabalho relacionado ao planejamento coletivo nas equipes de trabalho.
- Defender o SPGD como o projeto da categoria para o controle de frequência e teletrabalho.

4 – AUTONOMIA E DEMOCRACIA UNIVERSITÁRIAS E A LUTA DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

A partir da década de 1970, com a ascensão do neoliberalismo, a educação superior passou por um profundo processo de mercantilização, que passava por dois eixos principais: a privatização do ensino, com o estímulo à proliferação de faculdades privadas e o sucateamento e descaracterização das universidades públicas. Estas estiveram constantemente imersas numa disputa de objetivos entre a lógica do capital e os interesses das classes populares a quem as instituições devem servir.

A estratégia de sucateamento das universidades públicas foi explícita durante a chamada Era FHC. Na Era PT, no entanto, esta tendência se manifestou de modo muito mais complexo. Os mesmos Governos Lula e Dilma que expandiram as universidades públicas, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criaram a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que acertou um profundo golpe contra a autonomia e a democracia universitárias e nosso movimento sindical. Este balanço crítico das políticas públicas da Era PT é importante neste momento em que voltamos a vivenciar a experiência de atuar sob um governo de caráter social-democrata.

O Reuni, embora tenha exercido papel importante para a expansão da rede pública, não foi capaz de investir contra a tendência de privatização da educação superior no Brasil. O percentual de estudantes matriculados nas faculdades privadas em relação aos matriculados nas universidades públicas se ampliou nos governos Lula. E esta tendência foi fortalecida pelos próprios governos do PT, através de programas como o Prouni e o Fies. O processo de expansão do mercado privado, impulsionado durante a Era FHC, já mostrava um estrangulamento na medida que a piora do poder aquisitivo da classe trabalhadora reduzia a demanda por vagas nas faculdades privadas.

O processo de investida contra a universidade pública, assumiu um novo patamar durante o governo do fascista Jair Bolsonaro (PL), com a retomada da política de sucateamento e um novo projeto de privatização: o Future-se, lançado na gestão do Ministério da Educação de Abraham Weintraub. O projeto foi derrotado pelo “tsunami da educação”, que levou milhares de estudantes às ruas contra o programa privatista.



Mesmo com a derrota do Future-se, os monstruosos contingenciamentos de verbas continuaram. E este aperto financeiro foi acompanhado de um ataque nunca visto à democracia universitária. Foram dezenas de reitores nomeados por Bolsonaro sem terem sido eleitos pela comunidade universitária de suas instituições.

No país, existem 69 universidades federais, sendo 6 de fundação recente e que não possuem estatutos aprovados pelo MEC, o que permite que sejam indicados reitores pró-tempores. Durante o mandato de Bolsonaro, 65 universidades realizaram suas consultas universitárias e elaboraram suas respectivas listas tríplexes. Dessas, 22 instituições sofreram intervenções, tendo ocorrido duas vezes na Universidade Federal da Grande Dourados, totalizando 23 ocasiões, sendo 10 na gestão de Abraham Weintraub e 13 na gestão de Milton Ribeiro. Ainda que esse número não seja majoritário, a situação é inadmissível, pois o desrespeito às listas tríplexes tornou-se corriqueiro. Além disso, a convergência do campo político de algumas universidades para o alinhamento às ideologias do governo e a extinção da paridade do voto da comunidade universitária provavelmente beneficiaram candidaturas mais prováveis de serem aceitas pelo MEC ao constarem no topo da lista.

Este cenário precisa ser enfrentado de forma firme pela Fasubra, em duas dimensões diferentes: 1) unindo-se aos demais segmentos da comunidade universitária para destituir esses reitores ilegítimos em cada universidade sob intervenção; 2) ajudando a articular um grande movimento nacional pela alteração da legislação que trata da gestão das universidades e garantir o voto paritário.

Sobre a legislação é necessário se aprovar eleições diretas e paritárias para Reitor(a), com o fim da lista tríplex, a exemplo do que já foi alcançado nos Institutos Federais. Esta reforma é extremamente necessária nas universidades federais, para evitar que estas instituições continuem dependendo da boa vontade do governo para aceitar a vontade democrática da comunidade universitária. Mas, só isso não basta! Para que as universidades sejam efetivamente democráticas e sua gestão represente efetivamente a comunidade universitária é necessário acabar com a hegemonia docente nos conselhos superiores, hegemonia esta imposta pela correlação de forças de 70/15/15 prevista na LDB.

Até 2019, cerca de 60% das universidades federais promoviam a consulta à comunidade de forma paritária, contra cerca de 30% que conferem 70% de peso ao voto docente nesse processo. Embora possa parecer significativo, esse número ainda não é suficiente para a manutenção da democracia universitária, uma vez que algumas instituições vêm contestando a paridade, colocando-a em risco, a exemplo da Universidade Federal da Paraíba, cujo CONSUNI aprovou o fim da paridade, em julho de 2020. Faz-se necessário defender os interesses dos estudantes e dos técnico-administrativos, garantindo que reconquistem o direito ao voto igualitário!

Estas bandeiras de luta são possíveis de conquistar! O reforço da autonomia universitária com as eleições diretas para reitor e com a composição paritária dos conselhos superiores vai dar a nossa categoria um novo peso para alcançarmos nossas pautas.

Porém, a luta pela autonomia democrática da universidade pública não pode ser vista pelo nosso movimento sindical como uma mera forma de fortalecer nossa luta por



interesses corporativos. Ela se encaixa numa luta maior por um projeto de universidade. Para conseguirmos cumprir este papel, precisamos avançar nossa organização sindical no sentido de incorporar ao movimento os novos servidores técnico-administrativos que ingressaram nas instituições federais a partir da retomada da realização de concursos públicos, que ocorreram após a implantação do REUNI.

Propostas:

- Lutar para alterar a legislação vigente sobre a democracia e autonomia universitária na perspectiva da paridade dos segmentos.
- Defender eleições diretas para Reitor
- Defender o caráter popular e democrático da instituição, construindo condições para maior acesso do povo trabalhador na universidade.

5 – DEFESA DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS E ENFRENTAMENTO À EBSERH

Neste projeto de sociedade que tratamos acima, a luta pela melhoria dos hospitais universitários cumpre um papel social fundamental, tendo em vista a grande importância dos hospitais-escolas em nosso país, desde suas origens.

As primeiras instituições de educação superior foram construídas no Brasil Império, logo após a chegada da família real, em 1808. Foi D. João VI que ordenou a criação de duas Faculdades de Medicina: uma na cidade de Recife e outra na cidade do Rio de Janeiro. Naquela época, as pessoas nomeadas pelo rei para ocupar os cargos de direção dessas Faculdades alertaram Sua Majestade de que a boa formação médica exigia a existência de práticas clínica e cirúrgica realizadas também em um ambiente hospitalar. Dessa forma, D. João VI determinou que o Hospital da Guarda Imperial e o Hospital dos Jesuítas seriam esses locais. Aí nascia, ainda na sua forma embrionária, no Brasil, a ideia de hospital-escola.

Com o passar dos anos, universidades públicas foram sendo criadas, e as suas faculdades de medicina passaram a ser integradas também por hospitais escolas, vinculados às universidades públicas federais ou estaduais. Estes constituem campo de ensino, aprendizagem e pesquisa de todas as áreas da Saúde, particularmente para Medicina e Enfermagem.

Com a criação do SUS, Sistema Único de Saúde, previsto na Constituição Federal de 1988, esses hospitais ganharam uma nova dimensão, constituindo-se em centros de alta complexidade na assistência em saúde e referências no SUS para essa finalidade. Em 1990, o SUS foi regulamentado pela Lei n.º 8.080, que incluiu os hospitais universitários dentro da rede pública de saúde.

Art. 45. Os serviços de saúde dos hospitais universitários e de ensino integram-se ao Sistema Único de Saúde (SUS), mediante convênio, preservada a sua autonomia administrativa, em relação ao patrimônio, aos recursos humanos e financeiros, ensino, pesquisa e extensão nos limites conferidos pelas instituições a que estejam vinculados (BRASIL, 1990).



A Crise dos hospitais universitários, que se arrastava desde a década de 1970, passa a um novo estágio. Um dos principais problemas enfrentados pelos HUFs – decorrente da política neoliberal – foi o deficit de pessoal nestes órgãos, que, por sua complexidade, exigem alta concentração de profissionais especializados, administrativos e de apoio operacional. Sem reposição de seu quadro de pessoal permanente, devido à ausência de concursos públicos, as gestões recorreram à contratação de trabalhadores com vínculos precários, inclusive para as atividades-fim do hospital, através das fundações de apoio, o que onerava significativamente as despesas de custeio.

Enquanto os servidores públicos pertencentes ao quadro permanente das universidades federais tinham sua remuneração paga com verbas da União, os trabalhadores precarizados eram pagos com os recursos repassados pelo SUS para a manutenção desses hospitais, o que intensificou sua crise financeira, chegando a atingir R\$ 300 milhões em dívidas, acumuladas por meio de suas fundações de apoio, segundo dados de Reis e Cecílio (2009).

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal em 2003, iniciaram-se algumas ações no sentido de aliviar a crise financeira dos hospitais universitários. Entre as medidas podemos citar o processo de contratualização e o Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino. Em 2006, no último ano de seu primeiro mandato, após várias negociações, estudos e prorrogações de prazo, o TCU publicou o Acórdão 1520/2006, que tomava ciência da proposta oferecida pelo MPOG para diminuir gradualmente, em quatro anos, a terceirização irregular de postos de trabalho na Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional, através da substituição de 33.125 terceirizados até 31 de dezembro de 2010. Neste aspecto, como medida paliativa foi aprovada a Lei n.º 11.097/2009, que instituiu o Adicional de Plantão Hospitalar (APH).

Em 31 de dezembro de 2010, entre os últimos atos do governo Lula, é encaminhada ao Congresso a Medida Provisória n.º 520, que autorizava a criação da EBSEH SA, sob a forma de sociedade anônima com capital social integralmente sob a propriedade da União, e atividades de prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e laboratorial no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Na mensagem interministerial (EMI n.º 00383/2010/MP/MEC) enviada ao presidente Lula e assinada pelo ministro da Educação Fernando Haddad e pelo ministro do Planejamento Paulo Bernardo Silva, a criação da EBSEH foi defendida como a solução para o problema da precarização das relações trabalhistas nos HUFs:

9. A organização como empresa possibilitará a contratação de profissionais sob regime celetista e o estabelecimento de um regime de remuneração e gestão de pessoal compatível com a realidade do setor. Esta é componente fundamental do projeto para permitir a gestão com a necessária autonomia e flexibilidade necessários à prestação de serviços hospitalares. Questão crucial a ser equacionada com a implementação do novo modelo será a regularização da situação criada com a proliferação de contratações irregulares de terceirização de mão de obra (BRASIL, 2010).



Após intensa mobilização da comunidade universitária, a MP n.º 520 não foi aprovada, por decurso de prazo, e o governo federal reedita uma nova versão – o PL n.º 1.749/2011, aprovado sob a forma da Lei n.º 12.550 de 15/12/2011. A lei é promulgada dez dias após o término da XIV Conferência Nacional de Saúde, órgão máximo de deliberação das políticas de saúde do País, quando se decidiu, por ampla maioria de votos, a não concordância com todas as formas de terceirização da gestão de serviços de saúde do Estado para empresas, fundações privadas e organizações sociais, inclusive a própria EBSEH.

Entretanto, apesar do discurso legalista do governo, a criação da EBSEH foi questionada pela ADI 4895/2013, impetrada pelo então procurador-geral da República Roberto Gurgel. Na ação, o procurador-geral requer a declaração da inconstitucionalidade dos artigos 1 a 17 da norma, que tratam das atribuições, gestão e administração de recursos da empresa ou, sucessivamente, dos artigos 10, 11 e 12, que tratam da forma de contratação dos empregados da empresa por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de processo seletivo simplificado e de contratos temporários.

Segundo a Procuradoria Geral da República (PGR), a lei viola, entre outros dispositivos constitucionais, o inciso XIX do artigo 37 da Constituição Federal. Esse inciso fixa, entre outras regras, que somente por lei específica poderá ser “autorizada a instituição de empresa pública”, cabendo à lei complementar definir as áreas de atuação dessa empresa.

Considerando que ainda não há lei complementar federal que defina as áreas de atuação das empresas públicas, quando dirigidas à prestação de serviços públicos, é inconstitucional a autorização para instituição, pela Lei 12.550/11, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (BRASIL, 2013).

O quadro de trabalhadores formado por celetistas e estatutários – regidos pelo Regime Jurídico Único – convivendo no mesmo espaço, frequentemente apresenta tensões. Não há diálogo entre as chefias e os estatutários e as decisões são tomadas de um dia para o outro. Servidores são remanejados repentinamente para outros setores ou são forçados a pedir mudança, além de não serem analisadas questões pessoais dos servidores com faixa etária considerável ou com algum agravamento de saúde, de forma que lhes são atribuídas competências que sobrecarregam suas condições físicas e/ou psicológicas. Não há oitiva dos servidores quanto às suas experiências e saberes, pois as rotinas mudam em uma “canetada”, o que por vezes coloca em risco a assistência. Há um discurso reproduzido por parte da gestão, durante o acolhimento dos novos concursados pela EBSEH, que os estatutários são “dotados de vícios” e “são velhos, cansados e acomodados”. No entanto, quem capacita ou capacitou os trabalhadores da EBSEH são ou foram os estatutários, pois estes detêm o conhecimento do serviço e suas peculiaridades. Ao término do treinamento, os estatutários costumam ser remanejados imotivadamente para outros locais, sem aviso ou considerações técnicas.

Essa forma de gestão verticalizada, autoritária e ditatorial constitui um regime separatista dentro da instituição, infringindo o direito à liberdade de expressão com ameaças de remanejamentos, aberturas de processos administrativos etc. O assédio moral resultante do abuso de poder por parte da gestão e das chefias imediatas da EBSEH é



uma constante que resultou no aumento significativo dos atestados psiquiátricos, após a implantação da empresa. Com sucessivos afastamentos por licenças médicas, muitos servidores desenvolveram doenças autoimunes, síndrome do pânico, depressão, e houve até casos de suicídio.

Nosso entendimento é de que é preciso haver unidade da classe, independentemente de seu vínculo contratual, em defesa da Universidade Pública, Autônoma e Democrática e do Projeto de Hospitais Universitários como unidade de ensino, de pesquisa e extensão, articulado à rede do SUS.

Outro aspecto que tem gerado inseguranças entre os servidores dos HUFs é possibilidade de cessão compulsória à EBSEH. O Tribunal de Contas da União (TCU) estabeleceu prazo de 90 dias (a partir de 18 de novembro de 2015) para que os reitores formalizassem a cessão de todos os servidores que atuam nos HUFs ligados à EBSEH. Após pedido de esclarecimento impetrado pela Casa Civil da Presidência da República, EBSEH e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o TCU decidiu que a cessão, nos 40 HUFs sob gestão da empresa é não obrigatória e dependente da concordância do servidor.

Entretanto, na prática, o que vemos é a cessão compulsória realizada ao bel-prazer de reitores interventores como Valdiney Gouveia, da Universidade Federal da Paraíba, que, em 25/04/2022, através da Portaria nº 583, autorizou a cessão de 637 servidores RJU do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) ao quadro da EBSEH, de forma unilateral e sem nenhum tipo de diálogo ou aviso prévio. A reação dos servidores, junto ao sindicato da categoria, foi rápida e muito bem articulada. Na segunda-feira seguinte, 02/05, houve um grande movimento em frente ao HULW que culminou em uma caminhada rumo ao gabinete da Reitoria. O resultado foi a suspensão da Portaria por 5 dias e, posteriormente, houve outros movimentos organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Superior da Paraíba (SINTESPB) e outras entidades classistas que foram capazes de manter essa suspensão até os dias atuais.

No último dia 7, foi realizada uma audiência no Ministério Público Federal, com a presença da reitoria interventora, dos sindicatos e suas respectivas assessorias jurídicas, na qual o MPF sinalizou para arquivamento do pedido de cessão – ainda não concluído, até a finalização do presente texto. O reflexo da política de Bolsonaro de nomear para as reitorias os candidatos que não estão em primeiro lugar – ou sequer estão – na lista tríplice é justamente esse conjunto de arbitrariedades e imposições que esses reitores interventores cometem sem nenhum receio. Entretanto, as ações rápidas dos sindicatos para mobilização da categoria têm cumprido o papel de retardar a cessão e, num futuro próximo, extingui-la totalmente.

Intervenção Sindical

Outra questão vital relacionada aos HUFs remete à intervenção sindical, que deve passar por duas chaves de abordagem:

a) a luta contra essa tecnologia de gestão (empresarial) deve ser implacável e denunciada como elemento nefasto à garantia da publicidade do Sistema Única de Saúde, que passará a ter sua estrutura hospitalar gerada sob a ótica do mercado – e com liberdade institucional ampla;



b) a Federação, juntamente aos sindicatos de base, deve implementar uma larga política sindical, que vise incorporar trabalhadoras e trabalhadores, que ingressaram e ainda ingressarão como empregados públicos, no conjunto da categoria. Neste sentido deve-se, também, superar o desafio sindical de organizá-los sob a perspectiva de carreira e de luta sindical em geral. A categoria deve disputar este novo setor como trabalhadores e trabalhadoras em educação. Lembremos que os Hospitais continuarão a produzir ciência e tecnologia, portanto, se manterão como instituições de ensino – o Ministério da Educação é um dos responsáveis institucionais da Empresa. Abrir mão dessa perspectiva é fragmentar a categoria e enfraquecer a luta:

Cada momento da história da construção cotidiana da FASUBRA se funde com a história do nosso País. No percurso da democracia no Brasil ela se fez presente, e deixou suas marcas. São muitas as participações em momentos singulares visando à transformação das estruturas da sociedade brasileira. As lutas muitas vezes superam o vínculo umbilical e os aspectos meramente corporativos, e se tornam elementos de defesa de direitos fundamentais dos brasileiros e brasileiras. Particularmente nas áreas de educação e saúde a FASUBRA monta a sua principal trincheira (FASUBRA SINDICAL, 2009)

Plano de lutas:

- Pela retomada da gestão direta dos HUFs pelas universidades federais;
- Eleições diretas e paritárias para os superintendentes do HUF, entre docentes, servidores técnico-administrativos, estudantes e empregados da EBSEH;
- Permanecer resistindo às tentativas de cessão compulsória dos servidores RJU à EBSEH;
- Incorporação dos empregados da EBSEH ao quadro das Ifes;
- Retomada de concursos de servidores (TAE) para o quadro dos HUFs;
- Ampliação do investimento nos hospitais universitários.

6 – APOSENTADOS

Aposentados/as, aposentandos/as e pensionistas: demandas específicas

Os trabalhadores e trabalhadoras aposentados, aposentandos e pensionistas têm lutas comuns às dos demais TAE da base da FASUBRA. Entretanto, este segmento da nossa Categoria apresenta demandas específicas. Há anos, as diretorias dos sindicatos e da Federação, conjuntamente com as suas bases, vêm lutando para garantir os direitos dos aposentados e pensionistas, atuando nas esferas judiciais e administrativas para assegurar o atendimento às suas demandas. A luta maior é no sentido de resguardar os direitos presentes na legislação em vigor, buscando garantir o cumprimento do que está previsto na Constituição Federal, dentre as quais a paridade salarial entre os ativos, aposentados e pensionistas.



O MLC defende a participação cotidiana e sistemática deste segmento em todas as ações do conjunto da Categoria, integrando a estrutura das entidades; a realização de encontros, grupos de trabalho, atividades de lazer, promoção da saúde, inclusão, dentre outros aspectos. Entende ainda, ser necessário intensificar a busca da autonomia e protagonismo aos aposentados da base da Federação, incorporando-os cada vez mais à luta sindical e movimento de trabalhadores, de forma mais ampla, respeitando as suas especificidades e demandas. Por meio da efetiva incorporação às atividades, os aposentados e pensionistas poderão dar a sua contribuição ao fazer sindical, interagir e debater questões ligadas aos direitos dos servidores, às mudanças trazidas pela aposentadoria, à conjuntura política e às questões sociais.

A vida das aposentadas, aposentados e pensionistas ganham contornos dramáticos frente ao avanço de políticas que corroem os direitos sociais e que buscam atacar centralmente o sistema previdenciário público no Brasil e o Sistema Único de Saúde.

A Reforma da Previdência de Bolsonaro EC 109/2019 impôs alíquotas de contribuição para os aposentados chegando a 14% dos salários um absurdo para quem já contribuiu a vida toda, por isso a justiça da luta pela revogação desta absurda reforma, por outro lado é necessário fortalecer os mecanismos que ampliam a remuneração da aposentadoria, como é a paridade. Para piorar os seguidos governos trabalham para fragilizar o RPPS (regime próprio) para enfraquecer a aposentadoria dos servidores, em 2021 Bolsonaro editou o decreto 10620 que migrava toda a aposentadoria dos órgãos federais para o INSS, que tem vive uma fila dramática de espera graças a defasagem de concursos para pessoal e precarização de sua estrutura. Mas a luta dos servidores em geral e dos aposentados, em específico, conseguiu reverter os efeitos deste decreto com a eleição do novo governo.

Outra batalha importante é a questão da democracia interna e espaços da universidade para este segmento da categoria, hoje em todo país aposentados e aposentadas não podem participar das votações para Reitor ou mesmo ocupar espaços colegiados, nós acreditamos que isso deve ser alterado, pois a participação daqueles que construíram por toda uma vida a instituição pode fortalecer mais ainda a educação pública.

7 - MAIS VERBAS E PERMANÊNCIA: POR UMA UNIVERSIDADE COM CARA DE POVO!

O Orçamento 2023 prevê R\$5,39 bilhões para os gastos discricionários das universidades federais, aqueles referentes ao funcionamento das instituições, mão de obra e políticas de assistência estudantil. Herança do governo Bolsonaro, o valor é o menor dos últimos dez anos. No sentido inverso, a presença de pessoas de menor renda nas universidades aumentou seis vezes nos últimos 20 anos. Contudo, desde 2016, quando começaram os cortes mais incisivos na educação superior, o número se mantém estagnado. Ou seja, os investimentos em políticas de permanência estudantil estão intimamente ligados a presença de filhos e filhas da classe trabalhadora nas universidades, fazendo com que ingressar na graduação seja apenas mais uma etapa do difícil caminho a ser percorrido até o tão sonhado diploma. Nesse sentido, a Lei de Cotas, que completou 10 anos em 2022, mostrou-se como um primeiro passo importante para a formação de jovens pobres e negros. Contudo, é preciso ir além: precisamos ampliar a Lei de Cotas e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), para que eles passem a incluir a pós-graduação de maneira



obrigatória, além de aumentar os valores das bolsas que estão defasadas há anos, bem como redefinir os critérios para se conseguir um auxílio, os pré-requisitos não podem ser apenas econômicos, mas também sociais.

Essas medidas só serão possíveis ampliando largamente o investimento público na educação e enfrentando o interesse do capital.

É preciso revogar a Emenda Constitucional do Teto de Gastos (EC 95), que estabelece um teto para os investimentos em áreas sociais básicas, como saúde e educação, para assegurar o compromisso do Estado brasileiro com a dívida pública. Também é preciso implementar o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), que já está previsto na Constituição Federal de 1988 e até hoje não foi aplicado. Além disso, vale dizer que enquanto o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023 (PLOA-2023) prevê um gasto de 1,4 trilhões de reais em seguridade social, também garante um gasto de 2,01 trilhões de reais no pagamento da dívida pública, que amontoa a juros e dividendos desde a vinda dos portugueses ao Brasil em 1500.

Como é possível o gasto do pagamento de uma dívida que enriquece banqueiros, ser quase o dobro do orçamento em saúde, segurança, educação, moradia, transporte, etc, em um país que possui tantas desigualdades?

Sendo assim, é imprescindível que haja uma auditoria da dívida pública, para averiguar pra onde está indo a riqueza produzida em nosso país e, assim, destiná-la a atender aos interesses do povo e não ao enriquecimento do capital financeiro global. Com mais investimentos na educação, o **livre acesso as universidades e a permanência** de todos e todas até o fim da graduação não vai ser um sonho de poucos, mas sim a realidade de todos os jovens brasileiros.

Um importante passo foi dado este ano com a vitoriosa ampliação dos valores das bolsas de iniciação científica e pesquisa de pós graduação. Mostrando a relação direta entre a luta política com os resultados concretos na melhoria da condição de vida dos estudantes.

Outra frente de batalha importante é a luta pela revogação da Reforma do Ensino Médio que precariza os conteúdos e diminui a qualidade da educação eliminando matérias fundamentais do currículo obrigatório como Física e História, em troca de preparar ao alunos para uma dinâmica de mundo do trabalho desregulamentado e sem direitos.

8 – AS MULHERES DERROTARAM BOLSONARO E VÃO DERROTAR O FASCISMO

Desde 2018, quando o fascista Bolsonaro lançou a candidatura dele, milhares de mulheres tomaram as ruas para dizer: ELE NÃO! As mulheres apontaram que ele era mais do que um candidato de extrema-direita, era a expressão do fascismo no Brasil, com toda a defesa da superexploração da classe trabalhadora, machismo, racismo e homofobia que caracteriza o horror na política.

Agora, depois de um (des)governo desastroso para a população brasileira, quando se revelam os dados do genocídio yanomami e das ações criminosas durante a pandemia de COVID-19, não se pode mais dizer que as mulheres exageraram ao tomarem as ruas



para denunciar que Bolsonaro representava uma política de morte e de ódio, que causaria terríveis perdas para a sociedade.

O saldo do Governo Bolsonaro é mais armas em circulação, que embora sejam registradas em nomes de Colecionador, Atirador e Caçador (CACs), vão na verdade parar na mão do crime organizado; e a maior taxa de feminicídio já registrada no país, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com 699 assassinatos de mulheres por sua condição de gênero, só no primeiro semestre de 2022. Ou seja, a maior taxa de feminicídio registrada em um único semestre no país.

E o desastre não foi pequeno, além de toda a violência e da pandemia, a fome também matou mais brasileiros durante o governo Bolsonaro. São 33 milhões de brasileiros, em 2022, vivendo em insegurança alimentar, um crescimento de 70% em relação aos resultados da mesma pesquisa realizada em 2020, de acordo com os resultados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19.

A fome, a violência, o desemprego, a falta de moradia, levaram as mulheres a dizer NÃO ao governo Bolsonaro, fazendo com que ele fosse o único presidente, depois da reabertura política, a concluir um mandato e não conseguir a reeleição. Bolsonaro bem que tentou conquistar o voto feminino, colocou Michele para ir aos templos, liberou algumas das verbas para as políticas voltadas para as mulheres que foram cortadas no governo dele. Mas não adiantou. O voto das mulheres trabalhadoras foi decisivo para derrotar o fascista.

Mas, apesar da vitória de Lula nas urnas ter significado um grande avanço sobre o fascismo, é preciso continuar a mobilização social na luta por direitos. Vimos no dia 8 de janeiro, que a sanha golpista ainda continua conspirando contra a democracia. As mulheres, e toda a classe trabalhadora, precisam estar nas ruas, garantindo que não haverá espaço para retrocessos. Nos movimentos feministas, nos partidos, nos sindicatos, as mulheres vão atuar na linha de frente para derrotar o fascismo no Brasil.

E o que nós queremos, não é pouco. Como diz o poeta,

*“Quero a alegria muita gente feliz
Quero que a justiça reine em meu país”.*

Pauta de mulheres da Fasubra

Como sabemos a maior parte da categoria TAE a nível nacional é composta por mulheres. Neste sentido as contradições gerais do machismo na sociedade se expressam de forma específica em nossa categoria.

Devemos avançar na luta pelas creches universitárias que atendam também nossa categoria, bem como melhoria no auxílio-creche. Para que as mulheres tenham redução do impacto em sua tripla jornada laboral.

O combate a violência física, verbal ou psicológica deve estar na ordem do dia, fortalecendo espaços de acolhimento de denúncia destas questões na IES, como ouvidorias ou setores de amparo psicossocial.



9 – POR UMA UNIVERSIDADE MAIS NEGRA, INDÍGENA, DIVERSA E INCLUSIVA

Neste ano, comemoramos 20 anos da vigência da lei 10.639, que estabelece a obrigatoriedade no ensino de história e cultura afro-brasileira dentre as disciplinas da educação básica. No entanto, a realidade é que nem todas as escolas conseguiram implementar o que a lei determina. Por um lado, há o racismo institucional que dificulta a operacionalização de projetos escolares que visem a acabar com a intolerância contra religiões e costumes afro-brasileiros. Por outro, os governos oferecem ainda pouca formação aos profissionais docentes e técnico-administrativos em educação para incorporar o debate antirracista ao seu trabalho.

Além disso, o sucateamento dos serviços públicos, inclusive da Educação, afeta negativamente a população negra em, pelo menos, dois sentidos. O primeiro é que a restrição dos serviços de qualidade aprofunda as desigualdades existentes em nosso país, negando a esta parcela da população o direito de acesso aos equipamentos públicos de saúde, transporte, cultura e educação. O segundo é que restringe também o principal modo de ingresso da população negra no mercado formal de empregos, haja vista que as desigualdades provocadas pela discriminação são atenuadas pelos concursos públicos.

Não podemos, ainda, esquecer das populações indígenas e a contribuição dos povos originários. Apesar de os saberes populares terem sido mais recentemente reconhecidos pela Academia, está ainda não dá a devida retribuição a esses povos pelos conhecimentos compartilhados, havendo uma carência grande de professores e pesquisadores indígenas, bem como um sistema de produção do conhecimento pouco democrático, em que os resultados do árduo trabalho dos cientistas não são plenamente aproveitados pelas populações minoritárias.

A Universidade como espaço de formulação e conhecimento deve ser o terreno da luta pela reparação efetiva dos 400 anos de escravidão que resultaram em um racismo estrutural na sociedade brasileira. Esta mudança para a defesa de reparações como a reforma agrária que reverta a histórica exclusão legalizada pela lei de terras de 1850 e confirmada na promulgação da Lei Aurea.

Devemos reforçar também os mecanismos de acesso a direitos e espaços do serviço público, como as cotas de ingresso na carreira e demais ações afirmativas.

A população LGBTQIA+ merece respeito e representatividade!

Até a década de 70 a homossexualidade era considerada uma doença, e, mesmo que desde 1973 a homossexualidade tenha deixado de ser classificada como tal pela Associação Americana de Psiquiatria, apenas em 17 de maio de 1990, a assembleia geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da sua lista de doenças mentais. Porém, ainda hoje essa é uma questão de disputa na sociedade e diversos setores ainda defendem a posição reacionária de uma suposta cura gay. Após 28 anos, a OMS lançou uma nova edição da Classificação Internacional de Doenças (CID) e, nela, a transexualidade, até então entendida como transtorno de identidade de gênero, deixa de ser classificada como uma doença mental, mas continua incluída no catálogo como incongruência de gênero.

Segundo o Grupo Gay da Bahia, o Brasil registrou 256 mortes violentas (assassinatos ou suicídios) de LGBTQIA+ em 2022, sendo o Nordeste do país a região mais inóspita, com 111 casos. O número representa uma morte a cada 34 horas, tendo



esses dados sido baseados em notícias publicadas nos meios de comunicação que foram coletadas pelo Grupo. O levantamento indica que 43,7% das mortes foram de pessoas na faixa etária de 18 a 29 anos, com 52% das vítimas gays e 42,9% transexuais. O dado que mais chama atenção é o fato das vítimas travestis, transexuais e transgêneros terem suas vidas ceifadas antes de completar 40 anos (83% das vítimas).

A brutalidade dos ataques caracteriza crime de ódio contra LGBT+ e a falta de pesquisas e políticas públicas para identificar e combater a violência favorecem o cenário de insegurança para a comunidade. Além disso, não existem mecanismos institucionais de registro de crimes de LGBTfobia nos órgãos de segurança pública que quantificam mortes violentas (homicídio e suicídio) e o fato de a maioria das pessoas transexuais e travestis não terem mudado os documentos (nome e sexo de nascimento) levam ao registro com o nome de batismo. Logo a realidade é bem pior que os números apresentados, pois os dados estatísticos dos departamentos médico-legais também funcionam de forma preconceituosa e excludente.

Mesmo com a criminalização da homofobia, aprovada em 2019, que incluiu o crime de homofobia na lei que criminaliza o racismo (Lei 7716/89), o Brasil não possui nenhuma política de âmbito nacional que reconheça a necessidade de combater especificamente a alarmante violência contra LGBT+, que coloca o país no topo da lista dos que mais matam lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, além da imensurável ocorrência de casos de agressão física e psicológica. O Brasil é ainda o país que mais mata pessoas trans no mundo.

Com a ascensão da figura de Bolsonaro e da extrema-direita, os preconceitos e rejeições aos LGBT+ se intensificaram, baseados em premissas cristãs e na suposta valorização da família. Dessa forma o governo Bolsonaro justificou os retrocessos desde o início da sua gestão, como a extinção de ministérios e políticas públicas de promoção da igualdade para mulheres, negros e LGBT+.

Uma das principais sustentações do governo foi justamente a reivindicação e o reforço de um moralismo burguês e machista, com o objetivo de perpetuar a divisão da sociedade e aumentar a exploração. Assim, é possível inferir que a opressão sofrida por pessoas LGBT+ está firmemente pautada na necessidade de manter a hegemonia da ideologia sexista e reacionária de uma sociedade de classes, sustentando as virtudes da família nuclear burguesa.

Os LGBT+ são vistos como párias, excluídos de uma sociedade que associa normalidade ao homem cis heterossexual, sem esquecer ainda dos recortes de classe e raça que tornam ainda mais excludentes os padrões de normalidade social. A luta dos LGBT+ por seus direitos deve ser uma luta pelo fim de todas as opressões, pelo socialismo e em conjunto com a classe trabalhadora.

As consequências da exclusão moral e social da população LGBT+ se manifestam nas relações de trabalho, ao lhes serem ofertados apenas trabalhos precarizados ou subempregos, pois essas pessoas não dispõem de prestígio social para ocupar diversos postos de trabalho, e acabam marginalizadas e entregues à grande massa de desempregados. Dentre elas, as pessoas transexuais, travestis e transgêneros são as mais rejeitadas pelo mesmo mercado que, no mês da visibilidade LGBT+ – junho – promove lindas peças publicitárias, na mídia burguesa, falando contra o preconceito, exaltando a diversidade e promovendo a monetização e apropriação das lutas (o chamado *pink money*). Ou seja, o único objetivo é lucrar em cima da comunidade sem, de fato, proporcionar algum benefício direto e inclusivo.



Dentro do movimento sindical, é imprescindível combater a LGBTfobia em todas as suas formas, sejam elas mais sutis ou mais notórias. É preciso combater os preconceitos dentro da esfera administrativa das universidades para proteger nossos técnico-administrativos LGBT+ e garantir que o ambiente de trabalho seja acolhedor e seguro. Assim, o que podemos incluir no plano de lutas da FASUBRA contra a LGBTfobia:

- Combate rigoroso a todo tipo de discriminação por gênero e sexualidade com a conscientização através de propaganda e ações nas bases.
- Criar ou fortalecer Grupos de Trabalho LGBT+ nas entidades de base, a fim de discutir o combate à LGBTfobia nas instituições e fornecer auxílio aos servidores LGBT+ em situações de exclusão no ambiente de trabalho.
- Aproximar-se dos movimentos sociais LGBT+ para construir ações inclusivas dentro e fora das entidades e integrar a luta por políticas públicas voltadas à população LGBT+.
- Divulgar amplamente as campanhas das entidades de representação LGBT+ e apoiar o avanço dos projetos em tramitação federal.

Inclusão das Pessoas Com Deficiências nas Universidades

De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), existem mais de um bilhão de pessoas com deficiências no mundo. Vale ressaltar que os números estão desatualizados, o que contribui para a invisibilidade dessas pessoas e se torna obstáculo para a criação e planejamento de políticas que melhorem as vidas das pessoas com deficiência (PcDs).

Vamos verificar alguns dados relevantes:

- 80% das pessoas que vivem com alguma deficiência residem nos países em desenvolvimento;
- No total, 150 milhões de crianças (com menos de 18 anos de idade) tem alguma deficiência, segundo o UNICEF;
- Ter alguma deficiência aumenta o custo de vida em cerca de um terço da renda, em média;
- Completar a escola primária também é um desafio maior para as crianças com deficiência: enquanto 60% dessas crianças completam essa etapa dos estudos nos países desenvolvidos, apenas 45% (meninos) e 32% (meninas) completam o ensino primário nos países em desenvolvimento;
- Mais de 50% das pessoas com deficiência não conseguem pagar por serviços de saúde;
- Entre as pessoas mais pobres do mundo, 20% têm algum tipo de deficiência;
- Mulheres e meninas com deficiência são particularmente vulneráveis a abusos;
- Pessoas com deficiência são mais propensas a serem vítimas de violência ou estupro, e têm menor probabilidade de obter ajuda da polícia, a proteção jurídica ou cuidados preventivos;
- Cerca de 30% dos meninos ou meninas de rua têm algum tipo de deficiência, e nos países em desenvolvimento 90% das crianças com deficiência não frequentam a escola.

A Organização das Nações Unidas (ONU), visando atender as necessidades e os direitos das pessoas com deficiência criou a Convenção das Nações Unidas sobre os



Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo foi adotado em 2006 e entrou em vigor em 3 de maio de 2008. O Brasil é um país signatário e incorporou a Convenção desde 2009, contando com um estatuto federal sobre o tema desde 2010.

No Brasil, de acordo com o Censo de 2022, mais de 45 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência, seja motora, auditiva, visual, mental ou intelectual, totalizando 24% da população que declarou ter algum grau de dificuldade e pelo menos uma das habilidades.

Em 2010, a deficiência visual estava presente em 18,6% da população brasileira; a deficiência motora em 7%; deficiência auditiva em 5,1%; e a deficiência mental/intelectual em 1,4%. Os graus das deficiência também variam de “não consegue de modo algum” ou “possui” até “alguma dificuldade”. (Censo Demográfico 2010, IBGE)

Dessa forma, existe grande demanda social por acessibilidade. No âmbito das universidades federais, existem os núcleos de apoio, comitês ou secretarias que atendem às necessidades específicas dos estudantes e servidores com deficiência como, por exemplo, Tradutores e Intérpretes de Libras (TILS) e transcritores de Braille. Também atuam como setores de consultoria para promoção de acessibilidade, atuando junto à esfera administrativa das instituições para tornar as universidades mais inclusivas.

Segundo Sasaki (2002), existem 6 tipos de acessibilidade:

- Atitudinal: percepção da PcD sem estigmas ou discriminações. Este tipo abrange os demais e é o que impulsiona a remoção das barreiras.
- Arquitetônica: eliminação de barreiras físicas.
- Comunicacional: eliminação de barreiras na comunicação interpessoal, virtual e escrita.
- Instrumental: superação de barreiras nos instrumentos de trabalho, estudo e lazer.
- Metodológica: ausência de barreiras nas metodologias de ensino.
- Programática: eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas.

O capacitismo é um termo relativamente novo e pouco usado, ainda, no Brasil, que designa a discriminação de PcDs, baseado no modelo do corpo padrão (sem deficiência) e subestimação das habilidades dessas pessoas. O combate a esse preconceito perpassa, sobretudo, pela esfera atitudinal, pois depende da atitude individual de cada pessoa ao ter contato ou relações mais estreitas com PcDs no dia a dia.

Propostas:

- Criar um Grupo de Trabalho para discutir questões inerentes à inclusão da PcD dentro das instituições de ensino superior;
- “Nada para nós sem nós”: incentivar a participação das PcDs no meio sindical;
- Aproximar-se de entidades, instituições e ONGs que lutam pelos direitos da PcD e apoiar os projetos de lei voltados à comunidade, além de fiscalizar o cumprimento da legislação vigente;
- Combater o capacitismo no âmbito das instituições de ensino superior, para construir ambientes de trabalho mais inclusivos para servidores com deficiência;



- Tornar os eventos e ações da Fasubra mais acessíveis (comunicacional, arquitetônica, atitudinal etc.).

10 – POR QUE DEVEMOS APOIAR A ORGANIZAÇÃO OS TERCEIRIZADOS?

A terceirização é uma forma que os patrões criaram para aumentar seus lucros e por consequência, aumentar a exploração da classe trabalhadora. A aceleração desta forma de exploração aconteceu na década de 1970, e tiveram nos governos neoliberais a sua realização mais plena. No Brasil, a terceirização passou a ser uma realidade durante os anos de 1990, mais precisamente nos governos de Fernando Collor de Melo e de Fernando Henrique Cardoso. Ao passar dos anos foi se ampliando, aprofundou-se nos setores públicos e ampliou-se na iniciativa privada. Mas foi no governo golpista de Michel Temer que a lei da terceirização foi aprovada.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, existem no Brasil em torno de 12 milhões de trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas. Totalizando cerca de 22% da mão de obra no país. Essa quantidade de pessoas que trabalham em contratos terceirizados precisam ser organizadas para lutarem por seus direitos. Para isso é preciso enfrentar alguns desafios.

Os terceirizados se encontram em situações muito precárias de trabalho. Atualmente está legalizado o período de experiência com duração de 9 meses, o trabalho intermitente, o acerto da demissão ser feito sem a participação do sindicato, entre outros absurdos. A organização destes trabalhadores portanto, parte das reivindicações mais básicas para o trabalho, desde o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e uniformes, organização de uma Comissão Interna de Prevenção a Acidentes (CIPA), valores de vale-alimentação e tickets, data certa de pagamentos, além do famigerado assédio moral que tanto atinge os terceirizados e terceirizadas.

Há vários relatos de assédios que criam temor a organização e luta destes trabalhadores. Um exemplo ocorreu em Belo Horizonte. O fotógrafo e colaborador do jornal A Verdade, Maxwell Vilela, registrou o instante em que os garis limpavam a cidade em contraste com uma festa popular. Posterior ao registro, um dos garis o procurou perguntando se a imagem seria exposta, pois estava com medo de chegar até seus patrões, já que havia um grande receio de perseguição.

Considerando tudo isso, é necessário traçar uma tática acertada que alcance o objetivo de lutar pelos direitos dos trabalhadores terceirizados ao mesmo tempo em que consiga resguardar a manutenção do emprego dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos. Neste ponto, a atuação contundente do movimento externo à categoria é fundamental. É preciso enfrentar o peleguismo da maioria dos sindicatos que representam estas categorias e organizar piquetes e panfletagens para contribuir com a conscientização de ampla massa dos trabalhadores.

É necessário unificar as pautas econômicas que consistem na luta por melhores salários, garantia de mais benefícios entre outras questões imediatas com as pautas políticas de garantia das leis trabalhistas que garantam a responsabilidade da empresa contratante para com o trabalhador. É preciso combater a prática comum dos patrões corruptos que decretam falência em suas empresas terceirizadas, criam outros CNPJ's e ficam devendo os trabalhadores durante anos.



Quando o sindicato é combativo a exemplo do Sindlimp-PB, Sindicato dos Trabalhadores da Limpeza Urbana da Paraíba, isso é evitado. O sindicato que representa os trabalhadores terceirizados da limpeza urbana do estado da Paraíba exerce forte presença na base, conversando com os trabalhadores nos trechos de trabalho, escutando as reivindicações e propondo soluções para seus problemas. O sindicato dirigiu inúmeras greves e goza de grande confiança entre os trabalhadores. Em uma recente mudança de empresa terceirizada, o sindicato com luta e pressão sobre os patrões e a prefeitura da capital de João Pessoa, conseguiu garantir a manutenção de todos os empregos dos trabalhadores que poderiam ser demitidos na troca de empresa que prestará serviços a prefeitura. Mas infelizmente isso não é a realidade da maioria dos terceirizados do país.

Neste sentido, devemos desenvolver a já forte capacidade de luta destes trabalhadores. É preciso estar nas portas dos locais de trabalho distribuindo materiais, propondo lutas e contribuindo com a organização de lutas concretas para alcançarmos as vitórias. Por vezes, algumas vitórias podem parecer pequena, mas nenhuma vitória é pequena, pois no mínimo elas impulsionarão vitórias maiores e até decisivas para a categoria dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados.

O MLC construiu experiências importantes na auto-organização dos trabalhadores terceirizados, como na UFRJ, com a fundação em 2015 da Associação de Trabalhadores Terceirizados da UFRJ, em conjunto com o Movimento Estudantil Correnteza e corrente Unir Fasubra. A ATTUFRJ, atua enfrentando falta de pagamentos de salários e atrasos, além do assédio corrente sobre as trabalhadoras e trabalhadores.

Texto: Coordenação Nacional do Movimento Luta de Classes - MLC

11 – REFORMA ADMINISTRATIVA DERROTADA POR HORA

A proposta de Reforma Administrativa (PEC 32) significou uma das principais tentativas de ataque à classe trabalhadora brasileira durante os 4 anos de governo anti-povo de Bolsonaro e seus generais traidores da pátria. Mas seu arquivamento foi uma das principais derrotas impostas pela mobilização popular, em especial dos servidores. Pois a mobilização nacional da intensa jornada de lutas de 2021 pelo Fora Bolsonaro somou-se à pressão do movimento sindical dos servidores em todo país e Brasília, pressionando deputados e senadores.

A PEC 32 propunha medidas para acabar com as conquistas da Constituição de 1988, que garante uma série de serviços públicos de efetivação de direitos sociais, além de definir a modalidade de regime de trabalho destes agentes de Estado. Dentre as mudanças estariam o fim do Regime Jurídico Único (para o executivo) e da estabilidade dos servidores, ambas as medidas visavam transformar os servidores em trabalhadores de "Governo" e não de "Estado", no lugar do RJU seriam criados cargos temporários por tempo determinado ou indeterminado, inclusive por meio de indicação ao invés de concurso.

O fim da estabilidade retiraria do servidor a possibilidade de questionar, inclusive, medidas autoritárias ou imorais de seus chefes imediatos ou superiores, lhe conferindo poder legal de denunciar o que não cabe no âmbito de seu trabalho. Para os chamados Empregados Públicos (Estatais) a Reforma acabaria com a estabilidade mesmo sob Acordo Coletivo de Trabalho, além de outras conquistas.

Ao contrário de supostamente combater privilégios, a PEC 32 não continha sequer uma vírgula em relação aos altos cargos da administração pública, que são minoritários.



Generais, Ministros de Tribunais e outros não teriam seus vencimentos e privilégios tocados. Em contrapartida a reforma visava criar mecanismos de redução salarial de forma impositiva.

Tentam transformar direitos públicos em mercadoria

Um dos objetivos centrais da Reforma estava na abertura total da gestão de órgãos e serviços públicos para o grande capital, por via de Organizações Sociais (OSs) gestoras em áreas ainda não permitidas. Processo já iniciado na década de 1990 com as reformas de Estado de Fernando Henrique Cardoso e Bresser Pereira, quando foi autorizada a participação desta modalidade de gestão e ampliou-se a terceirização dentro do serviço público.

O exemplo nacionalmente conhecido de atrasos de salários e queda de qualidade de atendimento na saúde básica do município do Rio de Janeiro foi uma das principais denúncias desta medida, de fato o regime de gestão privado em áreas como Educação Básica, Saúde, Assistência Social visa a lógica de lucro no lugar de garantia de direitos constitucionais.

Todo o debate das classes dominantes em torno da Reforma Administrativa tratava de questionar um suposto inchaço da máquina pública no país, mas dados da Organização Mundial do Comércio em 2017 colocaram o Brasil como um dos países com menor participação pública no total de empregos percentualmente com 12%, atrás de EUA 15%, França 21%, Dinamarca 29% e outros. Além disso, desde o golpe de 2016 vivemos uma vertiginosa queda do número de servidores públicos no país.

A verdade é que durante o dramático processo de pandemia o conjunto dos servidores públicos, em especial na saúde, garantiu a salvaguarda da vida de grande parte da população. Também, durante 4 anos de um governo negacionista no campo da ciência, vimos servidores públicos garantindo a existência de pesquisas e funções constantemente ameaçadas pelo governo, caso de pesquisadores do INPE (Estudos meteorológicos/ambientais), IBGE (estatística e geografia) e IBAMA (proteção florestas). Esta situação colaborou para o entendimento da importância do servidor público no conjunto da sociedade, somado a luta de rua contra o governo fascista e a uma intensa campanha eleitoral, o movimento sindical dos servidores barrou a Reforma Administrativa. Mas é necessário estar alerta aos interesses inescrupulosos do grande capital no serviço público e defender reformas que partam do debate direto com os servidores e a sociedade, valorizando as carreiras e condições de acesso da população aos seus direitos.

Texto: Coordenação Nacional do Movimento Luta de Classes - MLC

12 – EFEITOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA PARA A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

A principal reforma anti-trabalhista durante o governo do fascista milionário Bolsonaro foi a famigerada Reforma da Previdência de 2019 (EC 103). Com ela, instituiu-se como única forma de aposentadoria a idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres (antes era 60 anos), com a exigência de no mínimo 20 anos de contribuição para homens e 15 mulheres. Além disso, manteve-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC), para idosos acima de 65 anos ou pessoas com deficiência, graças a luta e pressão do movimento social.

Até 2019, existia a possibilidade de aposentadoria por tempo de contribuição, valorizando aqueles e aquelas que trabalharam desde cedo e contribuíram para o sistema



(30 anos para mulheres e 35 para homens), mas nem mesmo a chamada meritocracia do esforço e trabalho se sustenta no capitalismo, que coloca em primeiro lugar os lucros privados ou desvios de recursos públicos à grande Burguesia, que decidiu acabar com este tipo de aposentadoria.

A Reforma também afetou drasticamente os valores das remunerações recebidos pelos trabalhadores, antes se fazia a média dos 80% maiores salários, com a reforma se faz 60% da média de todos os salários recebidos pelo trabalhador, podendo aumentar dois pontos percentuais por anos de contribuição. Ou seja, um corte na renda das aposentadas e aposentados. No caso das pensões por perda de cônjuge, se estabeleceu apenas 50% do vencimento do mesmo, podendo aumentar a cada dependente em 10%. Esta alteração foi apontada pelo candidato Lula, durante o segundo turno contra Bolsonaro, como uma das causas centrais do imenso crescimento da miséria da população. Até mesmo o auxílio-doença sofreu efeitos redutores.

Todas estas alterações na estrutura legal da previdência social são pioradas pela desestruturação material dos órgãos de previdência pública (INSS), que acumulam filas gigantescas para benefícios devido a falta de profissionais e crescimento da terceirização. É inevitável ligar o crescimento da miséria e pauperismo do povo brasileiro ao roubo que significou a Reforma da Previdência.

O mito do rombo na previdência

Para esconder seus reais interesses na Reforma da Previdência, banqueiros, donos de grandes empresas de comunicação e demais setores do empresariado difundiram amplamente o mito do chamado Rombo na Previdência. Começaram apoiando a eleição de um mito em 2018, que desfocasse as atenções da classe trabalhadora dos reais problemas da crise vivida até então. Já em 2019 criaram um falso consenso social sobre uma reforma que não foi defendida em nenhum programa de governo eleitoral do ano anterior, ou seja, o povo não teve direito de emitir opinião.

A justificativa de rombos bilionários na Previdência Social era falsa por diversos aspectos, em especial os seguintes; desvio de recursos da previdência e destruição da capacidade de contribuição do trabalhador.

Recursos foram desviados da Previdência Social legalmente pela chamada Desvinculação de Receitas da União (DRU), mecanismo criado por FHC em 1994 que retirava recursos de áreas sociais. Por décadas, foram trilhões de áreas como Educação e Seguridade Social (área orçamentária que abrange Previdência, Saúde e Assistência Social), maior parte deste recurso serviu aos juros e amortizações do chamado sistema da dívida pública. Outra forma legal, são as isenções de impostos a setores empresariais. Não bastasse a legalidade imoral, existem as sonegações fiscais e contábeis das grandes empresas, exemplo vivo e recente em 2023 com a denúncia de que Lojas Americanas e Ambev juntas esconderam de suas contas R\$ 70 Bilhões.

Em 2017, a CPI da Seguridade Social no Senado, liderada por Paulo Paim, estimou o total de recursos desviados por sonegação e outros mecanismos em R\$ 6 Trilhões, em 20 anos.

A mentira de que o aumento da média de idade da população tornaria o sistema insustentável servia para esconder a realidade dos efeitos das Reformas que retiram direitos formais do trabalhador, bem como os efeitos da desindustrialização e terceirização no país. A principal consequência dessas mudanças é a perda de capacidade de contribuição da imensa massa de trabalhadores para os recursos dos regimes previdenciários.



Em que pese as imensas derrotas contidas na EC 103, ocorreu muita luta social do conjunto do movimento popular, com destaque para o papel da Unidade Popular pelo Socialismo e Movimento Luta de Classes MLC na greve geral de 2017, com paralisações e fechamentos de vias. Não fosse esta luta, direitos como BPC, aposentadoria rural e acúmulo de aposentadoria com pensão seriam extintos. Além disso, a proposta principal de Paulo Guedes, o chamado sistema de capitalização também foi derrotado. Devemos seguir a luta pela revogação da EC 103 e construção de uma Reforma Previdência popular com garantia de dignidade ao trabalhador e cobrança sobre os privilégios do Grande Capital.

Texto: Coordenação Nacional do Movimento Luta de Classes - MLC

13 – CONHEÇA O MLC

O **Movimento Luta de Classes (MLC)** é uma corrente sindical classista e revolucionária que resgata a luta e a história do movimento sindical no país, atuando junto as trabalhadoras e trabalhadores, servidoras e servidores públicos, autônomas e autônomos, desempregados e desempregadas.

Criado no ano de 2005, a união dos movimentos A Verdade Operária, que organizava operários da construção civil, têxtil e calçados, trabalhadores da limpeza urbana e comércio, com atuação nos estados de Pernambuco e Paraíba, e do Movimento Luta de Classes, que atuava entre os metalúrgicos e servidores públicos estaduais e federais, no estado do Rio de Janeiro, resultou na formação de um movimento de caráter nacional, buscando fortalecer a organização e a luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

Desde então, passados dezessete anos da sua fundação, o MLC ampliou sua presença e participação no conjunto do movimento sindical no país, e hoje tem atuação em 21 estados, estando presente em diversas lutas e passando a ocupar espaços em sindicatos, federações, confederações e oposições sindicais.

Com centenas de militantes atuando nas mais diversas categorias profissionais, realizamos e participamos de greves, paralisações, e da mobilização classista contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, a partir de reivindicações básicas e imediatas como melhoria nos salários e condições de trabalho, previdência e direitos sociais.

Praticando a solidariedade de classe, atuamos em defesa da unidade dos trabalhadores e pelo desenvolvimento da consciência de classe, tanto na luta prática como teórica, contra os patrões e governos capitalistas.

O Movimento Luta de Classes (MLC) se organiza por categorias profissionais, nas bases municipais, estaduais e nacionais. A partir de núcleos nos municípios, comissões e coordenações nos estados e nacionalmente, nos organizamos debater temas centrais das lutas e da formação política da classe trabalhadora, bem como as campanhas salariais, mobilizações, greves e atuação nas federações e confederações.

Organizar núcleos do MLC em cada categoria, tendo ou não a presença de companheiros e companheiras compondo a diretoria do sindicato, nos permite avaliar e contribuir com o desenvolvimento das atividades e lutas a serem travadas pela categoria em cada local e, sempre defendendo a unidade da classe trabalhadora, avançar na defesa dos direitos trabalhistas.



Promovendo encontros, congressos e plenárias regionais e nacionais o Movimento Luta de Classes tem crescido na sua organização para que possamos dar, a cada dia, mais passos na construção de uma corrente sindical classista e revolucionária, no firme combate em defesa do socialismo científico e da revolução proletária.

Partido Unidade Popular – UP – pelo Socialismo

Em 2015, durante encontro nacional de lideranças sindicais do MLC, reunindo mais de 100 trabalhadoras e trabalhadores de todo país, nosso movimento somou-se a campanha de fundação do partido Unidade Popular – UP – pelo Socialismo.

A UP surgiu através do debate unitário de movimentos populares de todo país que defendem uma alternativa de luta e organização do povo trabalhador brasileiro, a partir das lutas e contradições surgidas nas Jornadas de Junho de 2013.

Entre 2016 e 2018 a Unidade Popular coletou 1,2 milhão de assinaturas para legalização do partido em todo país, conseguindo vencer uma legislação duríssima e antidemocrática formulada pelo golpista Eduardo Cunha, quando presidente da Câmara dos Deputados. Ao todo, 70 partidos pleiteavam a legalização, nem mesmo Bolsonaro e sua máquina de dinheiro tiveram êxito na legalização de um partido próprio.

As razões para a legalização da UP estão em um trabalho tenaz e disciplinado de um conjunto de militantes que se colocou nas ruas em franco diálogo de um programa de esquerda, além da resistência ao golpismo (Temer e Bolsonaro) e denúncia das reformas anti-povo aprovadas naquele período.

Em 10 de dezembro 2019 o registro foi condido pelo TSE. Desde então, já ocorreram dois congressos e a UP é presença registrada em todas as principais lutas do povo trabalhador brasileiro. Em 2022, a UP lançou pela primeira vez uma candidatura a presidência, Leonardo Péricles um trabalhador, negro e líder de movimento de moradia, morador da ocupação Eliana Silva no Barreiro – Belo Horizonte.

A candidatura da UP foi a mais votada entre as candidaturas de partidos sem fundo partidário e tempo de TV. Fenômeno que se repetiu em grande parte das candidaturas da UP para governo de Estado, Senado e Deputados, mesmo sendo um partido jovem e com sigla recente (UP - 80).

A perspectiva da UP é a construção da luta popular, da consciência socialista e propaganda do programa revolucionário. Conheça o partido, filie-se a UP.

APÊNDICE – Raízes da Luta Sindical no Brasil

A abolição da escravidão e a luta dos operários: a história de Luiz da França e Silva

*por Felipe Annunziata,
Publicado no sítio do Jornal A Verdade*

HERÓIS DO POVO BRASILEIRO – Associações mutuais, partidos políticos, jornais ou sociedades de resistência no campo organizativo. Abolicionismo, republicanismo, socialismo ou mesmo monarquismo no campo ideológico. Greves, manifestações e revoltas no campo da ação prática. Essas eram algumas características que estavam no ambiente de trabalhadores de diversas categorias do Rio de Janeiro da década de 1880. Dos padeiros aos estivadores, dos tipógrafos aos sapateiros, fossem brasileiros (negros ou brancos), ou estrangeiros. Para termos uma ideia, entre 1870 e



1906, apenas a categoria dos cocheiros e carroceiros cariocas organizou 22 greves por salário ou em defesa de direitos já conquistados.

No Censo de 1872, primeiro da nossa história, foram contabilizados cerca de dois mil escravizados nas linhas de produção das manufaturas. As primeiras fábricas e manufaturas brasileiras nunca foram espaços exclusivos dos imigrantes europeus, como é ensinado na escola. Na verdade, esses eram locais que tinham negros e brancos, escravizados e livres, brasileiros e estrangeiros. O trabalho assalariado concorria com o trabalho escravizado, compartilhando espaços, interesses e conflitos.

O trabalho escravizado é fundamental para compreendermos não apenas a nossa formação nacional, ou a formação das elites brasileiras, mas também a própria formação da classe operária brasileira. O patrão dos primeiros anos da Primeira República não era apenas herdeiro dos donos de escravizados, era ele também senhor de escravos. O operário fabril ou o trabalhador da manufatura não era apenas o imigrante europeu, mas também ex-escravizados e brasileiros pobres livres.

A narrativa tradicional dos livros de história em nossas escolas ainda apresenta a abolição e o movimento abolicionista apenas da perspectiva das elites políticas e econômicas da época. Sempre ouvimos a velha história da importância da princesa Isabel e de pessoas das elites na aprovação da Lei Áurea. É apagada a atuação do povo pobre no movimento abolicionista.

França e Silva, herói da luta operária e abolicionista

Um desses nomes “esquecidos” é o de Luiz da França e Silva (?-1894), operário tipógrafo, potiguar e negro, que se afirmou durante as décadas de 1880-90 como uma importante liderança de sua categoria. Foi também militante ativo da causa abolicionista e é considerado um dos pioneiros na divulgação de ideias socialistas em nosso país. Ele atuou como presidente do Partido Operário de 1890, uma das primeiras organizações políticas operárias de esquerda do Brasil.

França e Silva também procurou participar de diversas iniciativas para organizar sua categoria, como o Clube Abolicionista Gutemberg e o Centro Tipográfico Treze de Maio. Este último foi a primeira tentativa, talvez, de uma organização de caráter mais sindical da categoria dos tipógrafos no Rio de Janeiro.

Além disso, França e Silva sempre entendeu a imprensa como algo fundamental para a luta operária. Ele foi um dos proprietários da Revista Tipográfica, que circulou de 1888 até 1890, e editor do jornal Echo Popular. A revista era voltada para a categoria dos tipógrafos, trazendo debates sobre suas condições de trabalho e sobre a evolução técnica do setor.

França e Silva virou uma grande referência para milhares de operários no Rio e no país. Sua Revista Tipográfica circulou em vários estados e contava com correspondentes em Nova Iorque e Buenos Aires. Além disso, ele mantinha contato constante com operários da França, Alemanha, Áustria e Portugal. A liderança de França e Silva foi tamanha que, após sua morte, em 1894, se tornou tradição do 1º de Maio a visita ao seu túmulo com homenagens organizadas pelas entidades operárias da então capital brasileira.

Na revista, França e Silva se esforça em deixar registrado o papel da categoria tipográfica na luta abolicionista. Logo após a Abolição, em 13 de maio de 1888, ele ajuda a convocar os operários para uma manifestação. No dia 20 de maio, comemorando a abolição, a imprensa carioca havia saído numa passeata com mais de 5 mil pessoas, dentre elas 800 tipógrafos, mais da metade dos operários das oficinas gráficas do Rio. É nessa



conjuntura que em poucos dias é fundado o Centro Tipográfico Treze de Maio, que tinha como proposta defender os interesses dos trabalhadores tipógrafos. Estes viam a abolição como parte de sua luta, se sentiam parte do processo de fim do cativo e, mais do que isso, parte fundamental do movimento abolicionista. Para eles, a libertação dos escravizados significava também o avanço dos direitos e da posição dos operários na sociedade brasileira.

A Lei Áurea era vista de forma positiva por França e Silva. Estava claro que aquele fato abria uma janela de oportunidades para a reorganização dos operários. Eles percebiam o movimento de trabalhadores como a continuidade direta do movimento abolicionista. Agora que o fim da escravidão colocou todos os trabalhadores num mesmo patamar, chegou o momento de se buscar a emancipação do trabalhador assalariado, do operário, na sociedade brasileira.

A luta dos operários na época da abolição da escravidão

Nessa época, várias iniciativas das corporações tipográficas vão tomando forma. Na véspera da abolição, em 12 de maio, França e Silva noticia que 400 operárias e operários de uma fábrica de ligas e chinelas se organizavam para entrar em greve. O motivo: o patrão queria descontar das operárias parte do salário.

Em julho de 1888, os operários da Imprensa Nacional enviam uma representação ao parlamento exigindo “que se garanta o futuro dos mestres, contra-mestres e operários que invalidarem por moléstia, acidente ou velhice e contarem mais de 30 anos de efetivo exercício nas oficinas do estabelecimento”. Era a luta em defesa do direito de se aposentar.

Em setembro, operários da oficina do jornal Província, em Recife, fizeram uma greve contra atrasos salariais. Semanas depois, operários da oficina do jornal Diário de Notícias, no Rio, se mobilizaram contra um patrão que queria reduzir seus salários.

Mais organizações operárias vão surgindo no entusiasmo com a abolição em vários pontos do país. É criado o Monte-Pio de Pernambuco, associação de tipógrafos de Recife. O Centro Tipográfico é fundado em São Paulo. Entidades semelhantes também são criadas em Belém e Juiz de Fora.

É bem verdade que a Lei Áurea é mais conhecida pelas suas omissões do que pelo que ela determina. Também é correto afirmar que sua aprovação veio sem qualquer compensação para a população negra saída do cativo. Mas França e Silva reivindica um processo de protagonismo aos operários tipógrafos. Ele mostra para nós, mais de 130 anos depois, que mesmo incompleta, a abolição não foi uma bondade dos ricos e da monarquia, mas uma conquista de séculos de luta dos escravizados, com apoio dos operários e do povo pobre.

Luiz da França e Silva não era apenas uma liderança operária, mas uma liderança operária negra. Este elemento é também fundamental ao compormos um juízo de valor sobre a importância do movimento abolicionista e do movimento operário no pós-abolição.

Um operário negro, não escravizado, debatia a pauta da escravidão em conjunto com a pauta dos trabalhadores livres, fazendo inclusive propaganda no sentido de aproximá-las. Um operário negro, dirigindo um jornal de uma categoria como a dos tipógrafos, coloca em discussão o pressuposto do negro ou do operário nacional herdeiro do atraso imposto pela opressão escravista sem qualquer possibilidade de ação política na sociedade.



França e Silva é, sem dúvida, um dos grandes personagens do movimento abolicionista no Rio de Janeiro. Embora sua participação ainda seja subestimada por nossa historiografia, seu nome merece ser lembrado como importante herói do povo brasileiro.